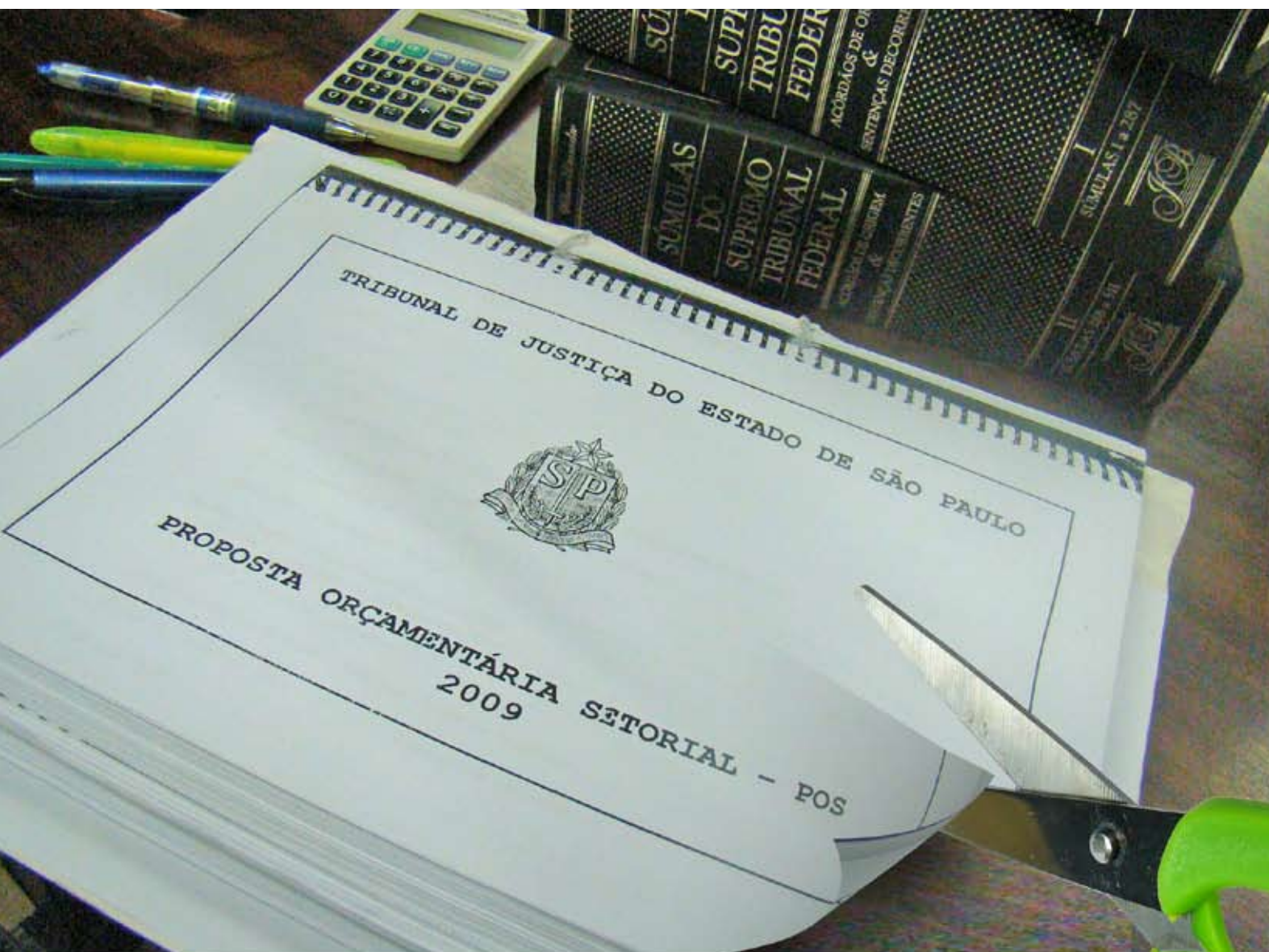


Serra corta o orçamento do TJ e prejudica a categoria



Acima, o governador José Serra durante solenidade oficial em 2007

Governo Serra (PSDB) cortou o orçamento do Tribunal de Justiça em mais de 40%; só na despesa de pessoal, o corte supera R\$ 2,5 bilhões

Páginas 4 e 5

Oficiais de justiça: leia os artigos “A hora da Luta” e “Glosagem Indevida”

Pág. 6

Denúncia: Condições de trabalho em Santos, Guarujá e São Paulo

Págs. 7,8 e 9

Conheça o novo diretor de Patrimônio da associação

Págs. 16 e 17

ASSOJUBS 20 anos

Companheiros associados, a nossa entidade representativa dos direitos dos servidores completa no mês de dezembro 20 anos de fundação. E são muitas as recordações. Dias de luta e resistência, como as históricas greves de 2001 e 2004, e de muito trabalho para conseguir unir as forças de uma categoria que serve a justiça, mas que continua sendo injustiçada, principalmente pelo seu empregador, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Desde a época de sua criação, os que representaram a voz da classe aqui muito fizeram para manter abertas as portas da associação e para solidificar o sonho da aquisição de uma sede pró-

pria, um espaço nosso, pilar para manter viva e acesa a chama da mobilização contra os desmandos patronais.

Antes designada sindicato, hoje nomeada associação, porém com o mesmo ideal, atuar pelo fortalecimento do movimento sindical em busca de soluções para os problemas enfrentados pelo funcionalismo.

E para contar como se deu esse trabalho, a ASSOJUBS pede que você, associado e servidor, contribua conosco. Encaminhe à Diretoria de Comunicação fotos, notícias e recortes para que possamos recontar essa história aos novos integrantes da categoria e relembrar a incansável batalha por dignidade aos funcionários do Judiciário.



E X P E D I E N T E

ASSOJUBS
SERVIDORES DO JUDICIÁRIO SP

Diretoria

Hugo Coviello - presidente
Paulo Pompeu - vice-presidente
Maria Kill - secretária geral
Adelson Gaspar - tesoureiro
Márcio Paiva - atividades sociais e culturais
Laércio Armesto - atividades esportivas
Mário Augusto - patrimônio
Paulo Mercadante - comunicação
Alexandre dos Santos - convênios

Conselho Deliberativo

Iporaci da Silva Maia - Comarca de Santos
Mário Sérgio Rosa - Comarca de Santos
Roberto Maia Santana - Comarca de Santos
Ailton dos Santos - Comarca de Santos
Paulo Afonso Filgueiras Júnior - Comarca de Santos
Mário Ricardo Reis Silveira - Comarca de São Vicente

Jornalista responsável: Camila Marques MTB 34.448
Conselho editorial: Camila Marques, Hugo Coviello, Luiz Milito, Mário Soares, Paulo Mercadante e Sérgio Crochemore
Diagramação: www.cassiobueno.com.br
Tiragem: 2000 exemplares
Impressão: Gráfica Diário do Litoral

ASSOJUBS – Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo • Endereço: Av. São Francisco, 276 / 278 – Centro – Santos - SP
Cep: 11013-202 - telefone: 3223-2377
e-mail: faleconosco@assojubs.com.br
internet: www.assojubs.com.br

ENCARTE ESPECIAL

O Processo traz matéria do “Brasil de Fato”

Em uma parceria especial, a ASSOJUBS conseguiu junto ao jornal “Brasil de Fato” um encarte especial sobre as descobertas de petróleo na camada pré-sal.

Sob o título “O petróleo tem que ser nosso” o encarte

traz informações sobre as reservas de petróleo brasileiras, sobre o que é a chamada camada pré-sal, a regulamentação da sua exploração no Brasil e as alternativas que o país pode optar. Esse encarte especial foi produzido e divulgado em setembro em todo o país.

Essa discussão é muito importante, pois a exploração e utilização desses recursos minerais, finitos, serão fundamentais para o Brasil nos próximos anos. Por isso o encarte traz uma matéria defendendo um plebiscito popular para se definir a forma de exploração e a destinação

dos recursos do pré-sal.

O jornal “Brasil de Fato” não é ligado a partidos políticos. Sua realização é estruturada por movimentos sociais e populares como o MST (Movimento dos Sem Terra), Via Campesina, Assembléia Popular, Consulta Popular e outros sindicatos e representações de trabalhadores.

A edição do “Brasil de Fato” é semanal e está disponível nas principais bancas de sua cidade todos os domingos. A ASSOJUBS agradece ao jornal “Brasil de Fato” pela gentileza em ceder os exemplares.

Agradecimento especial ao companheiro jornalista Marcelo Netto Rodrigues, um dos editores do jornal, que viabilizou essa divulgação.



Outubro vermelho

A “democracia” de Serra

Após 30 dias de greve, os servidores públicos da Polícia Civil de São Paulo entraram em choque com a Polícia Militar nas cercanias do Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi, em São Paulo. Assim como havia ocorrido com os servidores públicos estaduais e com os estudantes da USP em 2007, o governo José Serra deu mais uma vez demonstração da sua truculência e autoritarismo ao reprimir a manifestação dos policiais civis que buscavam apenas enviar uma comissão ao Palácio dos Bandeirantes para negociar com o governo tucano.

Vale lembrar que a indisposição de negociar com o funcionalismo é regra no governo do PSDB em São Paulo, apesar de ter em seus quadros políticos como Serra, um ex-exilado político e ex-militante da organização clandestina Ação Popular durante a Ditadura Militar. Mas ao que parece, a luta contra o autoritarismo é passado. A “democracia” de Serra é bem diferente.

Os policiais civis estão sem aumento salarial há 14 anos, reivindicam uma reposição salarial de 15%, a reestruturação das carreiras de delegado e aumento do auxílio alimentação. O Governo Serra afirma que seu limite é a reposição salarial de 6,2%.

Em média, investigadores e escrivães recebem R\$ 2 mil por mês e um auxílio alimentação de R\$ 4,00. A categoria divulga em seus panfletos e camisetas da campanha salarial que este “é o **Pior Salário Do Brasil**”.

Confronto entre polícias

A intransigência do governador Serra (PSDB) gerou o confronto entre polícias militares e civis nas proximidades do Palácio dos Bandeirantes. O governo montou duas linhas de contenção formadas por PMs para bloquear a passagem e evitar que a manifestação dos policiais civis chegasse ao Palácio dos Bandeirantes. Pior, impediu que uma comissão de representantes dos policiais fosse ao Palácio para negociar, alegando que não negocia com grevista. No entanto, a categoria dos policiais tenta, sem sucesso, negociar com Serra desde janeiro.

O tratamento dispensado por Serra causou tanta revolta entre os policiais civis que até os membros do GOE (Grupo de Operações Especiais), que inicialmente estavam no local para ajudar a impedir a passagem até o Palácio dos Bandeirantes, passaram a investir contra o bloqueio da PM ordenado pelo governo tucano.

A contraproposta do governo aos policiais é pífia. A revolta entre os policiais civis aumenta. O presidente da ASSOJUBS, Hugo Coviello, participou de uma das Assembleias da categoria da Polícia Civil em Santos, levando o apoio dos servidores do Judiciário de São Paulo, e afirmou que “dava para perceber que o ódio da categoria com o tratamento do governo Serra já era grande e, agora, deve aumentar”. E completou: “Na assembleia eles relataram a intransigência nas negociações, a situação de penúria por que passa a categoria e as péssimas condições de trabalho que são oferecidas, sendo que muitas vezes eles é que tem que resolver por conta própria problemas de manutenção de equipamentos que pertencem ao Estado”.

Para o presidente da Assojubs é o momento dos servidores do judiciário darem todo o apoio possível aos servidores públicos da Polícia Civil. Os policiais civis pretendem, agora, intensificar o movimento e ameaçam fechar as delegacias, registrando boletins de ocorrência apenas em casos de flagrantes.

Frases

“O governo perdeu o controle sobre as polícias. Há de se pensar em uma intervenção federal no Estado”. Major Olímpio, deputado estadual pelo PV (Partido Verde), Diário de São Paulo, 17/10/2008.

“Desde janeiro tentamos negociar. Ele nunca recebeu a categoria e preferiu usar o mesmo tipo de repressão que antes combatia na Ditadura Militar”. João Batista Rebouças, presidente do Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo, Diário de São Paulo, 17/10/2008.

Defensoria Pública de SP deflagra movimento grevista

Os defensores públicos do Estado de São Paulo, responsáveis pelo atendimento jurídico à população carente, deflagrou no dia 13 de outubro uma greve da categoria, que pleiteia a exclusividade e ampliação da assistência judiciária vinculada ao Governo do Estado. A reclamação dos defensores é por conta do convênio entre o Estado e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que cede advogados para auxiliar no atendimento. A categoria, formada por 400 defensores para 7% dos municípios paulistas, quer mais 1200 advogados, contratados em quatro lotes anuais de 300. Pelo menos 400 de imediato.

Não satisfeito com o movimento dos defensores, o secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Marrey, acredita que se a categoria alcançar seu objetivo, que é acabar com o convênio com a OAB, a população carente é quem sofrerá as consequências porque “ficará refém dos humores político-ideológicos” da defensoria.

Rebatendo a fala do secretário, que vê na paralisação um movimento político, Juliana Garcia Belloque, presidente da Associação Paulista dos Defensores Públicos, diz ser improcedente tal comentário, pois, para ela, isso é uma estratégia para fugir do debate e

desqualificar a mobilização dos trabalhadores. “A maioria das cidades de São Paulo não tem segundo turno. Nenhum dos candidatos de São Paulo é do partido do governador [PSDB] e, além disso, os candidatos da capital não têm participação nenhuma nessa situação da Defensoria Pública”.

Segundo Juliana Belloque, a população não pode ser refém dos defensores porque já é refém do próprio governo e da OAB. Para a presidente, a greve só está acontecendo neste momento porque o Estado foi omissivo quando a OAB se recusou a renovar o convênio e suspendeu o atendimento da população durante um mês. (Com informações da Folha.

Números – A Defensoria conta atualmente com apenas 400 advogados em todo o Estado. Os defensores querem ampliar esse número para 1600 profissionais, o que permitiria atender 3,4 milhões de pessoas. Atualmente em conjunto com o convênio da OAB, a defensoria atende 1, 85 milhão de pessoas.

Os defensores alegam que a manutenção da defensoria junto com o convênio da OAB custa ao Estado R\$ 375 milhões por ano. Para ampliar a defensoria com mais 400 defensores o Estado gastaria menos, R\$ 300 milhões.

Greve do Judiciário no RJ

Permanece por tempo indeterminado a greve do funcionalismo estadual do Judiciário no Rio de Janeiro, iniciada dia 02 de outubro. A categoria pleiteia a aprovação do Projeto de Lei 1.666/08, que dispõe de reajuste de 7,3% retroativos a maio (data-base).

Como aqui em São Paulo, o Governo Estadual carioca alega não haver dinheiro para a aprovação do PL pela Assembleia Legislati-

va. O curioso nessa luta é que o próprio presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Murta Ribeiro, divulgou uma nota na imprensa dizendo não haver motivos para que o reajuste pleiteado pela classe não seja autorizado, pois, segundo seu relato, o impacto do reajuste foi estudado em conjunto com o Executivo e só encaminhado quando sinalizado positivamente.

Bancários também fazem paralisação por reajuste

Buscando um reajuste salarial de 13,23%, vale-alimentação e auxílio creche de R\$ 415,00, vale-refeição de R\$ 17,50 e PLR (Participação nos Lucros e Resultados) de três salários mínimos, bancários do país continuam em greve.

Os trabalhadores aguardam a apresentação de uma contraproposta por parte dos banquei-

ros que atenda aos interesses da categoria. E caso não haja negociação, a paralisação será extensiva. Cerca de três mil agências, incluindo as capitais São Paulo, Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte tiveram seus serviços interrompidos por conta da greve, iniciada em 08 de outubro.

Serra corta o orçamento do TJ e prejudica a categoria



Da esquerda para a direita: Nizário Guirao, o novo ouvidor, o desembargador Antônio Carlos Malheiros, Samuel Alves de Melo Júnior, o presidente da Comissão Salarial, e o juiz assessor James Siano

Após um período de três meses sem contato com as entidades representativas dos servidores do Judiciário, o Tribunal de Justiça de São Paulo voltou a realizar reuniões entre os dirigentes e a Comissão Salarial. A primeira foi em 18 de setembro. A última em 09 de outubro e tratou de um tema muito importante e preocupante: o corte do Governo José Serra no orçamento do Judiciário superior a R\$ 3,4 bilhões, mais de 41%.

Na reunião ocorrida dia 09 de outubro, as entidades cobraram da Comissão Salarial do TJ – formada por Samuel Alves de Melo Júnior, presidente, pelo desembargador Antônio Carlos Malheiros e pelo juiz assessor James Siano – uma posição do órgão para resolver o impasse. Esse foi o foco levantado pelos representantes, pois há dúvidas sobre o

que, diretamente, esse corte vai atingir.

Segundo o desembargador Samuel Alves de Melo Junior, presidente da Comissão Salarial, em conversa com Alceu Penteadó Navarro, também desembargador e presidente da Comissão de Orçamento, o corte do governador cai sobre a perspectiva da inflação do período 2008/2009, que é de cerca de 6%.

Mantido esses dados, o máximo que a categoria poderia obter na data-base do próximo ano seria, então, um percentual próximo a 8%. Mas, ainda de acordo com Samuel Alves, a Comissão de Orçamento não fez uma análise completa sobre o impacto do corte na despesa de pessoal. A Comissão de Orçamento informou para o desembargador que “não se fechou a porta para a suplementação (no próximo ano) necessária para a reposição, mas o que estava foi cortado”.

Com o corte, a contratação de novos servidores, 2.300 no total, como o TJ havia encaminhado ao Governo do Estado, também está comprometida, ainda que não seja possível saber no momento quantos poderão ser admitidos. Inclusive, foi sustada a abertura de concurso público prevista para esse ano para mil novos escreventes.

O que o Tribunal de Justiça fará em relação ao corte?

Os representantes insistiram que, mesmo diante do corte, se todo o dinheiro disponibilizado para pessoal – R\$ 4.349.942.730,00 – fosse utilizado exclusivamente para pagar os magistrados e servidores, deixando de fora o pagamento de indenizações e dívidas atrasadas, seria possível contemplar o que foi reivindicado pela categoria. O presidente da Comissão Salarial não soube precisar de que forma a verba será utilizada, mas já adiantou que com esses valores não há a possibilidade de atender tudo o que a categoria pleiteia.

Segundo a Comissão Salarial, será necessário criar emendas para encaminhar à Assembléia Legislativa, o que o Tribunal estaria fazendo. Porém, o presidente do TJ, Roberto Antônio Vallim Bellochi, teria afirmado a Samuel Alves que só recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter o corte do Executivo em último caso. Ainda assim, os desembargadores demonstraram dúvidas sobre a eficácia desta medida, declarando que isso poderia trazer um problema político entre o governador e o presidente do TJ.

As reivindicações da categoria envolvem um percentual de 14,42% a título de reposição salarial para 1º de março de 2009, contemplando os ativos, inativos e pensionistas, a nomeação de 3400 funcionários, aumento do número de vagas no Programa Creche Escola para 8000 crianças e a inclusão do número suficiente necessário para a implantação do Plano de Cargos e Carreiras (PLC 043/2005). Tais itens foram elaborados por uma Comissão de Servidores – grupo escolhido pelas entidades que teve como representantes Maria Kill Damy Castro (ASSOJUBS), Julio Bonafonte (ASSETJ), Carlos Alberto Marcos (ASSOJURIS), Diógenes Francisco Marcelino (AECOESP) e Geraldo Francisco Martins de Carvalho Júnior (Sindicato União) – em julho passado, levado para votação pelos desembargadores Samuel Alves e Malheiros na Sessão do Órgão Especial e aprovado por unanimidade.

Majoração dos auxílios

O presidente da Comissão Salarial, Samuel Alves, respondeu, questionado pela ASSOJUBS, que esse ano não haverá a

majoração dos auxílios, nem mesmo o do auxílio alimentação, cuja negociação com o TJ havia ficado em aberto nas reuniões anteriores.

Para o próximo ano o TJ não conseguiu transferir o pagamento do auxílio para o Tesouro, como era sua intenção. Porém, o Governo do Estado sinalizou com a possibilidade de suplementação de verbas para o Fundo Especial para que, talvez, ocorra o reajuste do auxílio alimentação.

Oficiais de justiça, assistentes sociais e psicólogos

Para tratar sobre a exigência do nível universitário aos oficiais de justiça a Comissão Salarial reservou uma reunião específica sobre o assunto. As entidades cobraram de Samuel Alves o texto do anteprojeto, mas o desembargador disse que este ainda não está acabado. Assim que concluído, o texto deve ser encaminhado ao presidente do TJ e submetido à apreciação do Órgão Pleno.

Assim como no caso dos oficiais, haverá uma reunião específica com os assistentes sociais e psicólogos para discutir a criação de cargos para tais profissionais, divulgado anteriormente por James Siano. Segundo o juiz assessor, até o final do deverá ser aberto concurso para a contratação de 56 assistentes sociais e 56 psicólogos para o Interior, um cargo para categoria por sede de circunscrição, e 30 assistentes sociais e 30 psicólogos para a Capital.

A implantação da ouvidoria

Na reunião do dia 09 de outubro foi apresentado às entidades o desembargador Nazário Guirao, incumbido da responsabilidade de comandar a Ouvidoria dos servidores do TJ.

A Ouvidoria contará com o trabalho de uma psicóloga, uma assistente social e dois escreventes. O desembargador Antônio Malheiros informou que as entidades, assim que definido local e estrutura, deverão se reunir para formar uma comissão para compor um Conselho Consultor de Ouvidoria, com cinco membros, para auxiliar Guirao e os profissionais envolvidos no projeto.

Ao ser indagado sobre a forma de atuação da Ouvidoria, Malheiros explicou: “A Ouvidoria deverá ouvir o problema do servidor, encaminhar, dizer onde está o erro e, se precisar, criticar o TJ”. O desembargador ressaltou que a Ouvidoria terá o caráter de lidar com as questões internas de trabalho. Questionado pela ASSOJUBS, Malheiros relatou que a Ouvidoria terá um canal direto com a Presidência do TJ, bem como com a Corregedoria Geral.

De acordo com James Siano, assim que escolhido o local para a instalação da Ouvidoria, previsto para as próximas semanas, o TJ informará às entidades. Um e-mail será criado para receber os casos, e, segundo Guirao, “todas as reclamações terão uma resposta, positiva ou negativa”.

A questão da insalubridade em Santos

Baseado numa crítica feita pelo presidente da ASSOJUBS, Hugo Coviello, que tomou como exemplo casos ocorridos no Fórum de Santos, onde servidores do setor de mecanografia, que diariamente manuseiam produtos como solventes químicos, querosene e tinner, tiveram o pagamento da insalubridade cortados desde o ano passado, Samuel Alves verificou junto ao TJ o que poderia ser feito para resolver a questão das condições de trabalho nos prédios.

Para solucionar o caso, segundo informações do presidente da Comissão Salarial, o presidente do TJ, Vallim Bellochi, teria determinado com urgência a contratação de uma empresa para a realização de perícias médicas em todo o Estado, a fim de solucionar os problemas dos mecanógrafos, em Santos, e das condições de trabalho em geral, precárias na maioria dos fóruns.

Ainda de acordo com o desembargador, o TJ já fez contato com uma firma que efetua esse tipo de trabalho, mas aguarda por outras propostas para análise dos custos e,

então, enviar essa relação ao desembargador Penteadó Navarro, da Comissão de Orçamento. “A intenção é agilizar o processo e implementar assim que possível”, ressaltou o juiz assessor James Siano.

Greves de 2001 e 2004

Ainda não há definição sobre a possibilidade de prorrogação do prazo para a compensação dos dias não trabalhados na greve de 2001. E apesar de não haver uma resposta para o assunto, dentro da Comissão Salarial o parecer sobre essa prorrogação é contrário.

Da mesma forma, os desembargadores entendem a questão referente à greve de 2004 e são também contrários à extensão a todos os servidores da possibilidade de compensação e conseqüente recomposição dos créditos indenizatórios (FAM, férias, licença-prêmio) retirados da categoria para o pagamento dos dias parados.

Extensão da Gratificação aos Contadores Concedidas pelo Executivo (GECE)

Sobre tal questionamento, a Comissão Salarial informou haver uma proposta para que o Tribunal volte a pagar a gratificação aos contadores, o que existia antes da mudança para o modelo atual.

De acordo com o desembargador Samuel Alves, os valores seriam “um pouco maiores do que os pagos atualmente”, mas descartou, porém, qualquer possibilidade de se igualar a GECE ao reajuste concedido aos contadores do Poder Executivo.



Siano conversa com servidores, entre eles o companheiro Luiz Milito, após a reunião de 09 de outubro



O presidente da ASSOJUBS, Hugo Coviello, e o desembargador Samuel Alves

Orçamento TJ 2009: Entenda o corte do Governo Serra

A ASSOJUBS entende que o corte feito pelo Governo Serra - PSDB, DEM, PTB, PPS - no orçamento encaminhado ao Executivo pelo Tribunal de Justiça foi brutal e que é necessário reagir cobrando, inclusive, um posicionamento político do TJ em defesa da autonomia dos poderes, ou seja, a autonomia financeira que o Judiciário deve, ou, ao menos, deveria ter.

E perceber quem é nosso adversário nesse momento é importante, até para que saibamos em quantas frentes e com qual estratégia devemos lutar. Para esclarecer definitivamente o tamanho do estrago confeccionamos a tabela abaixo, baseada em dados oficiais dos três poderes.

Orçamento	Tribunal de Justiça	Governo Serra	Diferença (absoluta)	Diferença (%)
Total Geral	R\$ 8.425.115.481,00	R\$ 4.948.819.486,00	R\$ 3.476.295.995,00	41,26
Despesa de Pessoal * (com pagamento de FAM, férias atrasadas e sem auxílios do grupo custeio)	R\$ 6.867.921.656,00*	R\$ 4.349.942.730,00	R\$ 2.517.978.926,00	36,66
Custeio	R\$ 1.279.523.977,00	R\$ 575.645.189,00	R\$ 703.878.788,00	51,01
Investimento	R\$ 277.669.848,00	R\$ 23.231.567,00	R\$ 254.438.281,00	91,63

* Não se pode considerar o valor de R\$ 7.022.378.251,00 como o total de pessoal, pois inclui valores que são suportados por outras fontes (além da verba de pessoal, FED, por exemplo).

Como se observa, o corte total do governo é maior que R\$ 3 bilhões e supera 40%. Só na verba de pessoal o corte supera R\$ 2,5 bilhões ou 36,66% a menos do que o TJ enviou.

Apenas para pagar os vencimentos de servidores e magistrados ativos, e os respectivos 13º salários e férias do próximo exercício (2009), mais férias atrasadas e FAM de juizes e servidores, a diferença entre o que foi enviado pelo TJ - R\$

5.048.107.773,00 - e o que o governo aprovou no item “pessoal e encargos sociais” é de mais de R\$ 700 milhões.

A verba destinada ao pessoal pelo governador José Serra (PSDB) - R\$ 4.349.942.730,00 - não é suficiente, portanto, para que tenhamos garantida a nossa reposição salarial, a contratação de mais servidores e a implantação do Plano de Cargos e Carreiras.

A hora da luta!

Mário Sérgio Soares

Os oficiais de justiça da Baixada Santista, assim como em todo o Estado, têm procurado se organizar para fazer frente às alterações que o Tribunal de Justiça de São Paulo quer impor quanto ao ressarcimento de diligências, além da instalação da famigerada “Central de Mandados”.

O trabalho é difícil, pois além dos problemas causados pela atuação de dirigentes de entidades que agem de forma contraditória e acabam prestando desserviço à categoria, esta costuma se mobilizar quando o problema já está instalado e começa a fazer estragos.

Desde a publicação do Parecer 121/08 - temos nos reunido para discutir seus efeitos, além de acompanhar o processo de

implantação da Central de Mandados.

Ocorre que, mesmo após a publicação do Parecer 202/08, que reafirmou o entendimento anterior quanto à cotação de diligências, a mobilização dos oficiais em nossa região não tem evoluído, pois as alterações foram aplicadas em poucos cartórios. Mesmo os informes da sua aplicação em algumas comarcas não foram suficientes para unir uma categoria que é, marcadamente, individualista.

Os encontros e reuniões realizados na Capital têm mostrado a necessidade que os oficiais têm de superar esse ranço e, a partir de seus locais de trabalho, construir uma organização que seja forte o suficiente para dar resposta a esses problemas,

mais imediatos, além de outros que decorrem das alterações que nossa função vem sofrendo.

Temos visto também que a atuação de algumas entidades muitas vezes tem mais atrapalhado do que auxiliado o movimento. A ASSOJUBS, porém, tem agido de forma acertada, se colocando como “facilitadora” da organização da categoria, fornecendo o suporte necessário e atuando sem estrelismos ou de forma a ditar os caminhos do movimento.

Com a divulgação, em fins de agosto, de um documento da Corregedoria aos juízes determinando a fiscalização “com afinco” da aplicação das novas normas, muitos colegas já começam a mostrar preocupação, o que sugere um momento

onde se possa unir a categoria e começar a construir uma organização, a partir dos cartórios, onde se discuta e viabilize propostas que dêem conta não só dos “estragos” que essas “bombas” do TJ causam, mas que atendam a necessidades como aprimoramento profissional e melhoria de condições de trabalho.

Os momentos de crise podem, a partir de nossa atuação, se transformar em marcos geradores de progresso. Não vamos perder mais essa oportunidade de reescrever o futuro de nossa categoria.

Mário Sérgio Soares – oficial de justiça da 11ª Vara Cível da Comarca de Santos é integrante do Núcleo de Oficiais de Justiça da ASSOJUBS

Glosagem indevida

Sérgio Augusto Crochemore

Atenção! Já que tem colega escrivão-diretor interpretando de forma equivocada os Pareceres 121/08 e 202/08 da Corregedoria Geral da Justiça, sendo, portanto, “mais realista do que o próprio rei”, vejamos o que diz o Parecer 202/08 no seguinte trecho: (grifos nossos) “Assim, em havendo mais de um ato processual determinado no mandado, muito embora em princípio cada ato determinado ensejar o correspondente a uma cota de reembolso, sempre que o cumprimento de mais de uma determinação possa se perfazer ao mesmo tempo, no mesmo local, ou local vizinho, o mesmo valendo para as intimações que devam suceder imediatamente atos de constrição, aplica-se a regra do “ato único”. A teor do “item 15 das NSCGJ (consideram-se ato único, para fins de ressarcimento as intimações e citações que devem ser realizadas ao mesmo tempo, no mesmo local ou em local vizinho, bem como as intimações que devem suceder imediatamente a ato de constrição, tais como os de penhora, arresto, sequestro, depósito, etc.) de sorte que uma única cota de ressarcimento se justifica, porquanto representativa da exata medida de compensação devida pelo deslocamento empreendido para cumprimento da ordem, considerados o percurso de ida e volta”.

Portanto, diante de tal norma, não po-

demos aceitar nada além (ou aquém) do que foi determinado. Exemplificando: no caso de um mandado com três intimações de pessoas distintas, mesmo que for um só endereço ou endereços vizinhos, como a princípio cada intimação representa um ato processual, teremos três atos processuais, executando-se os atos que possam se perfazer ao mesmo tempo (mesmo local ou local vizinho) o que, na prática, denominamos “ato contínuo” ou “simultâneo”, se justificando, neste caso, a “cota única”.

Dentro desse exemplo, em se tratando de endereços distintos, se as diligências forem realizadas de forma contínua, ou seja, efetua-se a primeira intimação encaminhando-se logo em seguida para a segunda, que também é imediatamente efetuada e daí em seguida para a terceira, também imediatamente efetuada, estando cada um dos três endereços em distância menor do que 15 km da sede do juízo, teríamos também a “cota única”.

Esse tipo de ocorrência, porém, não se dá na vida real. O oficial de justiça organiza o cumprimento de seus mandados através de roteiros de trabalho, por bairros, o que faz normalmente com que um mandado que contenha mais de um ato processual seja efetivamente cumprido em dias diferentes.

Importante também frisar que as partes ou testemunhas não estão aguardando a chegada do oficial de justiça nos endereços. Se o mandado contém três intimações, estas vão sendo efetivadas normalmente após várias diligências, em dias e horários diferentes.

Temos conhecimento igualmente de outro absurdo: a utilização de “cota única” para mandado de citação, penhora e intimação. Ora, se o oficial de justiça deslocou-se ao endereço constante e procedeu primeiramente ao ato de citação, na efetivação desta, originou-se a primeira cota. Após, decorrido o prazo legal, fez outro deslocamento para efetivação de outros atos, de constrição, e posterior intimação da penhora. Ou seja, no mínimo, tem o direito de ressarcimento a mais uma cota.

É bom lembrar que, assim como o escrivão, o oficial de justiça tem “fé pública” e para sanar qualquer dúvida sobre quando e onde se deu a efetivação de determinado ato temos a certidão circunstanciada, na qual lavramos com exatidão, além do local, o dia e até mesmo o horário em que cumprimos a ordem judicial.

Assim sendo, a fim de facilitar a confissão e evitar distorcidos entendimentos, solicitamos aos colegas oficiais que façam uma certidão para cada cota, considerando-

se ainda nos deslocamentos feitos (diligências) a distância percorrida nos casos que excederem os 10 km.

Dessa forma, eliminamos a possível vinculação das diligências ao conceito do “ato único” e, seguindo a orientação dada pelo próprio parecer, justificamos o margeamento do total de cotas que realmente corresponde aos atos praticados, tornando o ressarcimento justo.

É óbvio que somos a favor de equilibrar o resultado da divisão do percentual de arrecadação da taxa judiciária, afastando distorções como, por exemplo, o margeamento de várias diligências no mesmo local para a efetivação de um único ato processual, pois quem assim procede, na verdade, está tirando do próprio colega servidor. Exigimos, portanto, critérios claros e objetivos de todas as partes envolvidas nesta questão.

Por fim, é bom lembrar que consta das próprias Normas que “eventuais consultas... deverão ser previamente submetidas à apreciação dos Juízes Corregedores das respectivas unidades judiciais”.

Sérgio Augusto Crochemore – 45, oficial de justiça da 10ª Vara Cível da Comarca de Santos é integrante do Núcleo de Oficiais de Justiça da ASSOJUBS

O Processo abre espaço para críticas, reclamações e denúncias dos servidores

Companheiros, a partir desta edição O Processo disponibiliza em nosso jornal esta página para que os judiciários possam enviar as informações e denúncias sobre a situação das condições de trabalho em seu prédio, propostas e exemplos de luta e organização. Não serão publicadas notícias que contenham ofensas pessoais ou de propagandas comerciais.

Os assuntos deverão ser de interesse dos funcionários e que contribuam para melhor informação e formação de opinião do coletivo dos servidores. As matérias terão os nomes dos autores preservados (a não ser por pedido do próprio autor a divulgaremos), isso para obter maior liberdade nas denúncias sobre as péssimas condições de trabalho. Envie sua notícia para o email da ASSOJUBS: faleconosco@assojubs.com.br.

Execuções Fiscais da Capital: servidores reclamam por ambulatório

A mudança do deteriorado prédio da Rua Vergueiro para dois prédios na Pça. Almeida Junior, 35/72, Centro, foi bem vinda pela maioria dos colegas das Execuções Fiscais. O único problema é ter que atravessar a praça pelo viaduto para levar processos, petições ou ir ao banco, já que foi dividida a funcionalidade dos setores. O que os companheiros reivindicam, a princípio, é que haja no prédio de nº 72 um posto de atendimento 24 horas da Nossa Caixa para saques e pagamentos de contas e tributos.

Outra necessidade é um ambulatório com primeiro atendimento que tenha equipamento e um profissional da saúde, inclusive com um aparelho desfibrilador para alguma emergência de ataque cardíaco. Há falta de uma ambulância de prontidão, a qual atenderia todo o entorno dos prédios centrais onde se concentram quase dez mil funcionários do Tribunal de Justiça, pois já houve alguns casos de colegas que passaram mal e não conseguiram ser atendidos pelos socorros públicos da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Para tentar resolver o problema, os funcionários, através da Comissão do Prédio, desenvolveram um abaixo-assinado, que contou com 300 assinaturas. O documento foi entregue à juíza corregedora, diretora das Execuções Fiscais, Helena Izumi Takeda, que ficou responsável por protocolizar o pedido junto à Presidência.

As duas salas dos oficiais de justiça (varas Municipal e Estadual) precisam de, pelo menos, um computador e uma impressora para certidões. Na sala da estadual há um computador ultrapassado e uma impressora que não funciona.

Boas Notícias!

No 7º andar, onde se localiza o refeitório, está em pleno funcionamento uma Biblioteca Circulante Coletiva. Criada por alguns colegas da comissão do prédio junto com a ad-

ministração, já conta com mais de 300 livros (começou com 50). Funciona no sistema de autogestão, sem taxas ou pessoa no controle. Para retirar um livro, basta deixar um outro inicial e depois é só continuar trocando, colocar a data, nome e um telefone de contato.

Os companheiros das Execuções Fiscais conseguiram com a administração do prédio murais de funcionários, sendo um no refeitório, um no ponto geral e outro na sala dos oficiais. O mural tem a coordenação da comissão do prédio e somente notícias e avisos de interesse dos funcionários podem ser colocados, sem ofensas pessoais e propagandas comerciais.

Fórum João Mendes: abarrotado de processos e com limitações elétricas

Completando 50 anos de existência em 2008 e com mais de três mil judiciários, sem contar a enorme quantidade de estagiários e menores, é a maior concentração de funcionários e público do Estado de São Paulo. Infelizmente os funcionários não têm muito para comemorar, pois predominam excesso de trabalho e péssimas condições, com pilhas de processos sobre as mesas dos escreventes, filas enormes nos balcões de atendimento ao público, aumento da pressão e exigências dos juizes e aumento diário das demandas judiciais.

Apesar dessa quantidade de funcionários, é mais do que necessária a contratação por concurso público de muito mais servidores para todas as funções, pois o estressante e enfadonho trabalho está levando cada vez mais trabalhadores a se afastarem para tratamento de saúde em razão de doenças profissionais, como Lesão Por Esforço Repetitivo (LER), depressão, Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), síndrome do pânico, entre outras, o que torna mais caótico o quadro funcional.

Além desses problemas, a precária es-

trutura física do prédio é notória e perigosa aos frequentadores do Fórum. A parte elétrica não comporta quase nenhuma implantação de outras tecnologias, como o Sistema de Automação Judiciário (SAJ): há fios e tomadas pelo chão dos cartórios (muitas vezes os colegas tropeçam e desligam o sistema) e prateleiras abarrotadas de processos com perigo de queda. O sistema de segurança é totalmente incipiente, não tem alarme geral e faltam canos de água contra incêndios. Neste ano, em 25 de março, ocorreu um começo de incêndio no aparelho de ar condicionado numa sala do 14º andar, e por pouco não causou uma tragédia, pois a evacuação do prédio foi demorada e de forma primária. E ainda não tem salas para os oficiais de justiça, os banheiros têm uma precária manutenção, no ambulatório não tem um aparelho desfibrilador e os espaços nos cartórios estão congestionados, só de chegar ao Fórum já é estressante.

A direção do TJ, na “Comemoração dos 50 anos”, prometeu que começaria a reforma do prédio andar por andar, mas os funcionários não acreditam muito, pois a cada “nova gestão” (de dois em dois anos) sempre se promete e nunca se cumpre.

É necessário que os funcionários se organizem em comissões juntamente com as entidades representativas da classe, que assumam esse compromisso, levantem todos os problemas das condições de trabalho para exigirem da atual gestão providências urgentes e solicitem também o encaminhamento de um pedido à PMSP e aos órgãos competentes para que façam um laudo técnico da situação estrutural e do sistema de segurança do prédio.

Fórum Jabaquara: excesso de trabalho está causando doenças ocupacionais

Como na maioria dos Fóruns, devido ao

excesso de trabalho e a pressão dos juizes, muitos colegas estão adquirindo e sofrendo de doenças ocupacionais. Há muitos casos de LER, DORT, síndrome do pânico, depressão e outras patologias ocasionadas pelo estressante dia-a-dia da “produção jurisdicional”. E, como em todos os lugares, faltam funcionários, sendo que os estagiários (mal paliativo e necessário) não têm nenhum treinamento, ganham pouco e são, inclusive, mal aproveitados. É necessário urgente concurso público para contratação de novos servidores. Os judiciários reivindicam a criação de um ambulatório para primeiros socorros equipado e com funcionário especializado da saúde e um aparelho desfibrilador. Um exemplo dessa necessidade foi o caso ocorrido em 2007, o falecimento de um juiz na mesa de trabalho do Fórum por falta de atendimento.

Os funcionários têm que se organizar em uma comissão do prédio e em conjunto com as entidades, assumir essa responsabilidade, levantar todos os problemas das condições de trabalho e dar os devidos encaminhamentos junto à direção do TJ.

Saúde Geral: a questão do péssimo atendimento no Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), administrado pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe)

Apesar dos servidores serem descontados mensalmente em 2% dos salários destinados ao pagamento do Iamspe, é muito difícil, ou quase impossível, entre outros problemas, marcar consulta e exames no HSPE, seja pessoalmente ou por telefone. Resultado: muitos colegas estão se sacrificando e acabam tendo que trabalhar doentes, correndo o risco de agravamento em seu estado físico e mental. No Pronto Atendimento as filas são enormes e perde-se quase o dia inteiro para ser atendido, a não ser nos casos mais graves.

Denúncia



Os solventes químicos manuseados pelos mecanógrafos



Servidor durante a rotina de trabalho, em contato insalubre com diferentes tipos de produtos



O local utilizado para a limpeza de maquinários mecânicos

TJ corta adicional de insalubridade dos mecanógrafos de Santos

Displicência. É esse o termo a ser utilizado perante o descaso que o Tribunal de Justiça de São Paulo, o maior entre os estados, dispensa aos seus funcionários. Se já não bastasse a inércia do órgão em resolver pendências indenizatórias e financeiras, direitos trabalhistas dos servidores, o TJ ainda tem a capacidade de deixar em risco a saúde dos funcionários sem ao menos ressarcir-los dos possíveis danos.

Eis o fato comprovado. Ainda existente no Fórum de Santos, o Setor de Mecanografia tem como principal trabalho a manutenção e limpeza de maquinários mecânicos utilizados nos prédios. Este setor atualmente conta com dois funcionários, mas até dois anos atrás possuía oito servidores.

Uma função como outra qualquer, se não fosse pelo insalubre manuseio de produtos como solventes químicos, querosene e tinner pelos servidores lotados na seção. E devido ao contato prejudicial com os produtos, um adicional de insalubridade deveria constar mensalmente no holerite dos funcionários. Sim, isso ocorria até setembro de 2007, quando, de uma hora para outra e sem notificar aos seus empregados, o TJ suspendeu tal pagamento.

A alegação do Tribunal de Justiça foi uma reforma feita no local, o que, para o órgão, eliminaria qualquer risco à saúde dos servidores. À época, ao término do reparo, o TJ enviou para a Comarca um técnico, que fotografou e redigiu um laudo informando a total solução do problema, o que não condiz com a realidade da situação. Curioso é que o TJ não possuiu peritos para fazer laudos para pagar a insalubridade e periculosidade, mas

têm técnicos que podem cortá-las.

Não é preciso muito para constatar a veracidade do problema. Os colegas de serviço das demais seções não conseguem ficar por mais de 10 minutos na sala durante a utilização dos produtos, pois o odor forte e o barulho contínuo de certos equipamentos impossibilitam a permanência na área e proporcionam mal-estar para aqueles que não estão acostumados. Qualquer pessoa leiga no tocante à questão percebe que o perigo não está ligado ao local e sim às substâncias a que os funcionários fazem uso.

Sabendo do ocorrido, a ASSOJUBS, por meio de seu Departamento Jurídico, protocolizou um requerimento junto à Corregedoria pedindo providências. No documento detalha a continuidade do uso dos produtos e a solicitação de fiscalização para comprovar tais circunstâncias de trabalho. Após quase um ano de espera veio a resposta do SRH3 – Diretoria da Área Médica e Odontológica, assinado por Mariângela Maluf Lagoa: “Em atenção à petição protocolada em 10 de outubro de 2007 por essa Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, relativa à concessão de adicional de insalubridade aos servidores que exercem a função de mecanógrafos no Fórum de Santos, informo a Vossa Senhoria ter sido determinado que aguarde a reativação da Comissão Permanente de Insalubridade”.

Ressaltamos que essa resposta, que em nada altera a situação dos companheiros mecanógrafos, demorou um ano para chegar.

A Comissão citada está inativa desde 2002 por conta da necessidade de contrata-

ção, por parte do TJ, de peritos das áreas de medicina do trabalho e engenharia para que os locais de trabalho e a função do servidor possam ser examinados, relatou Lilian Salvador de Paula, secretária de Recursos Humanos do TJ, durante uma das reuniões entre as entidades representativas da categoria e a Comissão Salarial do TJ.

Então, o que o Tribunal de Justiça está esperando para reativar essa Comissão Permanente de Insalubridade? Conseqüências já são evidentes, é só verificar a ocorrência de perda auditiva em um dos servidores e dermatite nas mãos do outro colega. É necessária a incidência de casos mais graves para que algo seja feito? Por que os funcionários não têm o respaldo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e não podem contar com a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT)? Se podem contar com algo semelhante ao CAT, por que o TJ não divulga isso para seus funcionários? Como um órgão que presta atendimento jurisdicional em causas referentes a acidentes de trabalho não consegue fazer jus ao poder que lhe é conferido e defender seus próprios servidores?

TJ não responde

questionamento de O Processo

A Diretoria de Comunicação da ASSOJUBS entrou em contato com o SRH3 – Diretoria da Área Médica e Odontológica do TJ para ouvir do órgão esclarecimentos sobre a questão do corte da insalubridade dos funcionários da Mecanografia de Santos.

No SRH3 a funcionária que se identificou como Fátima informou que apenas a Assessoria de Imprensa poderia responder sobre o assunto.

Através de contato telefônico com a Assessoria de Imprensa, a funcionária Helena solicitou que a associação encaminhasse os questionamentos por e-mail. Procedemos seguindo a orientação da funcionária.

Diante da falta de respostas, entramos novamente em contato com a funcionária Helena, a qual informou que o e-mail estava em posse

de um juiz assessor – não revelou o nome do juiz – e que o mesmo estava reunindo dados para responder à ASSOJUBS.

Até o fechamento dessa edição a Diretoria de Comunicação da ASSOJUBS não obteve resposta.

Abaixo, o e-mail encaminhado à Assessoria de Imprensa

A situação do Setor de Mecanografia no Fórum de Santos

Ainda existente no Fórum da Comarca de Santos, o Setor de Mecanografia tem hoje dois funcionários e um problema no exercício das funções de tais servidores: o corte do pagamento da insalubridade para estes que diariamente manuseiam produtos como solventes químicos, querosene e tinner.

Esse corte foi feito no ano passado – setembro de 2007 – pelo Tribunal de Justiça direto no holerite dos servidores. O motivo alegado é a reforma feita no local, que, segundo o TJ, findaria o trabalho insalubre dos funcionários.

A Associação de Base dos Servidores e Funcionários do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (ASSOJUBS), através de requerimento encaminhado ao Tribunal, questionou o órgão sobre sua decisão e solicitou que o mesmo enviasse à Comarca um profissional qualificado para atestar a comprovação da continuidade do problema, que, no caso, é a utilização de produtos que acarretam riscos à saúde de seus funcionários e não a local em que estes trabalham.

Por parte do TJ, a resposta só foi veio um ano após o envio do requerimento – ofício recebido pela associação assinado pela diretora da Área Médica e Odontológica do SRH3, Senhora Mariângela Maluf Lagoa. Mas sem qualquer sinal de resolução.

Tal problemática é conteúdo do próximo informativo desenvolvido pela ASSOJUBS. Para levar corretamente os pontos da situação aos seus leitores, a associação tem o interesse de ouvir a outra parte envolvida, no caso, o Tribunal de Justiça. Para isso, encaminha os seguintes

questionamentos, aguardando a rápida resposta do representante do órgão para o ocorrido.

Questionamentos acerca do problema com o setor de mecanografia do Fórum da Comarca de Santos:

1) Por que mesmo após a ASSOJUBS ter exposto o caso para o Tribunal de Justiça nenhuma atitude foi tomada em relação ao problema?

2) Por que a demora em responder o requerimento encaminhado pela ASSOJUBS?

3) Por que a resistência em reativar a Comissão Permanente de Insalubridade e implementar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT)?

4) Por que o TJ, um dos maiores órgãos de representação da justiça no país, não consegue fazer justiça quando o problema atinge seus próprios funcionários?

Produtos x danos

Solvente – Líquido que possui a propriedade de dissolver certas substâncias. Preparado a partir da combinação de produtos químicos.

A inalação crônica pode levar a morte de neurônios (células do cérebro), causando lesões irreversíveis ao cérebro. Além disso, a pessoa pode ficar apática, com dificuldades de concentração e déficit de memória. Pode provocar alucinações auditivas e visuais.

Querosene – Líquido incolor ou amarelado, extraído do petróleo bruto. Por composição, se situa entre o óleo diesel e a gasolina.

A exposição pode provocar febre, fraqueza, convulsões, entorpecimento nos braços e nas pernas, sensações de ardor, erupções, queimaduras, náusea, vômitos, tontura, inconsciência e ansiedade.

Tinner – Indicado para diluição de tintas acrílicas e produtos à base de nitrocelulose como lacas, vernizes, primers, e especialmente seladoras.

Pode ocasionar o aparecimento de problemas cardíacos e lesões hepáticas.

Anexo Fiscal do Guarujá: inseguro, impróprio para o trabalho e nocivo à saúde

Denúncia

Extrema precariedade para seu funcionamento. É esse o estado lastimável do imóvel que abriga o Anexo Fiscal do Guarujá, localizado no Centro da estância balneária (verificar o local exato). Se, em geral, são ruins as condições de trabalho nos cartórios pelos fóruns do Estado, nesse caso, essas condições são péssimas, ou vergonhosas, melhor dizendo.

Ao adentrar, já se pode constatar a insegurança do local. O portão de acesso tem um remendo. A parte de baixo está quebrada e para tapar tal buraco foi pregado um pedaço de madeira sobre ele. Na parte de fora estão amontoados móveis inutilizados e quebrados, bem como caixas e objetos sem serventia.

No interior, além dos problemas com acúmulos de processos, com pilhas de papéis espalhados pelas salas, há também aparelhos quebrados, como impressoras, máquinas de escrever, luminárias, entre outras peças. Sem contar com situação de móveis, cadeiras e armários, muitos deles improvisados para o uso diário. A instalação elétrica é baseada nas populares “gambiarras”, com fios e conexões expostos pelas salas.

Com a aglomeração de tanto material dispensável, o local tornou-se passagem costureira para baratas e ratos. Já no exterior da propriedade, devido ao jardim – muito mal conservado, é necessário frisar – os morcegos são figuras constantes. No verão eles

arriscam até alguns rasantes dentro da seção. Propenso à proliferação de doenças transmitidas por essas espécies.

Até quando o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo vai dar as costas para casos como esse? Enquanto os magistrados convivem com o conforto de seus amplos gabinetes, os servidores são obrigados a trabalhar em salas pequenas, cujos espaços são limitados e inapropriados para o bom desenvolvimento do trabalho jurisdicional.

Os cliques abaixo só reforçam o descaso do TJ para com seus funcionários. As imagens, como se costuma dizer, valem mais do que palavras. E nesse caso, essa máxima é indiscutível.



Alguns registros da precária situação do imóvel que abriga o Anexo Fiscal do Guarujá

CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN

PLANO MAIS LEVE

Direto da Fábrica • Sem Juros parcelas de

Sem Taxa de adesão **R\$ 339,04**

Entre em contato com MAURO (13) 9148-7231 ou acesse: www.original-veiculos.com.br

Condições válidas para Gol 1.0 Totalflex 08/09 até 30/11/14. Valor à vista a partir de R\$ 28.890,00. Preço de lista 30/06/2008. Taxa de administração de 0,20% a.m. Frete incluso. Pint. metálica e opcionais, não incluídas. Plano sem taxa de adesão. Prestações reduzidas de 1,3889% para 0,9259% até contemplação, acrescidas de taxa de administração (14,5%) sobre o valor do bem e fundo de reserva (3,5%). Seguro de vida incluso no valor da prestação. Financiamento de 72 meses com 432 participações. Contemplações mensais por arrendamento: 4 vezes 1 por sorteio e 3 por lance. Contemplação de renda no contemplação: 3a o valor da parcela. Plano válido para Grande S. Paulo e Baixada Santista somente. Consulte planos de outros modelos. Os modelos, condições e valores, sujeitos a alterações conforme política de comercialização da fábrica. Fictício/ativado. - Depósito da Banca VW 0800 711-2854



Justiça de classes

O objetivo dessa matéria é oferecer ao leitor argumentos e fatos pouco discutidos ou noticiados pela grande mídia nacional sobre os desdobramentos da Operação Satiagraha, da Polícia Federal, que, em julho desse ano, prendeu o banqueiro Daniel Dantas, dono do Banco Opportunity, seus assessores Humberto Braz e Hugo Chicaroni, e também Naji Nahas e o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. Daniel Dantas responde atualmente indiciamento por formação de quadrilha e gestão fraudulenta, além de ser investigado, em inquérito federal, por sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e corrupção ativa.

A partir do “Caso Dantas” é necessário fazer algumas considerações e reflexões sobre o caráter classista e elitista da justiça brasileira, e, ao mesmo tempo, o esforço da mídia em evitar que a população se dê conta disso. Ou seja, a justiça no Brasil se faz de um modo quando os envolvidos são os pobres e a massa trabalhadora, e se faz de outro, trazendo inegáveis benefícios, quando os envolvidos são os ricos, os empresários, os banqueiros, os governantes, a promotoria e a própria magistratura. Para muitos tais argumentos não são novos, mas à luz dos fatos ocorridos após a Operação Satiagraha aparece um fato novo: o descaramento dessa atuação perante a opinião pública.

A Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal em julho deste ano, trouxe resultados mais profundos do que provas e indícios contra o banqueiro Daniel Dantas. Ao prender o banqueiro, o delegado da PF, Protógenes Queiroz, e o juiz Fausto de Sanctis iniciaram um processo que atingiria assessores e amigos de Lula, mas fez também a oposição - leia-se DEM e PSDB - tremer de medo das possíveis revelações que a investigação sobre os negócios de Daniel Dantas pudessem revelar sobre o período de Fernando Henrique Cardoso na Presidência.

Adotando uma posição desafiadora aos mandados de prisão expedidos pelo Juiz Fausto de Sanctis, da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo, o presidente da mais alta corte brasileira, o Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, concedeu dois habeas corpus seguidos, livrando Dantas da cadeia em um período de 72 horas sem sequer ter visto o processo.

O segundo habeas corpus, livrando o banqueiro da prisão preventiva por corrupção e obstrução das investigações, foi concedido, inclusive, depois de todo o país ter assistido ao vídeo - uma das provas da Polícia Federal - em que os assessores de Daniel Dantas (Hugo Chicaroni e Humberto Braz) oferecem dinheiro para que o delegado bloqueie a investigação, declarando estarem a mando de Dantas.

Para o poderoso ministro do STF tal prova não deve ter sido relevante, pois considerou que a soltura de Dantas não causaria prejuízo às investigações. A postura de Mendes é caso único na história da justiça brasileira, em que o responsável pela corte suprema atende pedido do advogado do réu, sem seguir os ritos processuais normais, contrariando o juiz federal da primeira instância e após ser localizado por telefonema particular do advogado do réu.

Aliás, quanto à forma do pedido, cabe também a pergunta: se não for uma prática classista, por que o restante da população brasileira não recebe também o número do telefone do ministro para poder contatá-lo quando ocorrer alguma suposta arbitrariedade?

Por que a imensa maioria da população brasileira precisa seguir todo rito jurídico, passando pelas instâncias iniciais, recorrendo posteriormente aos tribunais e após aos tribunais superiores, conviver com recursos e prazos intermináveis, enquanto o banqueiro Dantas precisa apenas de um telefonema para fazer chegar seu pleito jurídico até o mais alto grau da justiça brasileira?

A melhor resposta talvez seja analisar a declaração do próprio Gilmar Mendes quando indagado se uma pessoa pobre conseguiria um habeas corpus do STF, assim como aconteceu com o banqueiro Daniel Dantas (Folha de S. Paulo, 20/07/08):

“A rigor, pode-se obter habeas corpus no STF, só é preciso que haja alguém que peça”. E continuou: “Nós temos um país desigual e depois vem o argumento de que as pessoas de maiores posses conseguem uma proteção judicial efetiva porque têm acesso aos tribunais, e reclama-se, então, do não acesso por parte das pessoas não dotadas de poder econômico. Nós temos enfatizado a necessidade de que essa equiparação se dê diante da ade-

quada instalação e dotação de recursos para as Defensorias Públicas”.

Ou seja, se “temos um país desigual”, nada mais natural que a justiça também seja desigual. Ao menos é uma das interpretações que se pode fazer da fala do ministro. Tal opinião, com tal desfaçatez, poderia ter saído da boca de um analista político, de um sociólogo, de um advogado, de um banqueiro rico beneficiado pela ação rápida de uma competente assessoria jurídica. Jamais poderia ter saído da boca daquele que tem a responsabilidade de ser a mais alta autoridade da justiça de um país.

Para o próprio juiz federal Fausto de Sanctis, o Judiciário brasileiro, de um modo geral, é: “Um poder de faz de conta, não uma justiça atuante. Não se chega ao trânsito em julgado (conclusão dos processos) quando o réu é rico. E na hora dos pequenos nunca há vozes para defendê-los” (Folha de S. Paulo, 16/08/08). Até o ex-secretário nacional antidrogas, Walter Maierovitch, afirmou que Dantas só foi liberado da cadeia porque é banqueiro: “Nunca Gilmar Mendes receberia o pedido de soltura nem telefonaria para pedir informações se, no lugar de Dantas, fosse um João da Silva” (Folha de S. Paulo, 16/08/08).

A libertação dos assessores de Dantas também gerou polêmica envolvendo dois ministros do STF. Joaquim Barbosa chamou Eros Grau de “burro” após este ter concedido um habeas corpus para libertar Humberto Braz, um dos assessores de Daniel Dantas. Segundo o site Consultor Jurídico, Barbosa questionou Eros Grau com a seguinte colocação: “Como é que o senhor solta um cidadão que apareceu no ‘Jornal Nacional’ oferecendo suborno?”.

Restringindo o uso das algemas e das escutas

A decisão do STF, presidido por Gilmar Mendes, de restringir o uso das algemas pode trazer problemas para o cotidiano das ações policiais em geral, inclusive aumentando a violência policial, diante da possibilidade de fuga dos detidos. Partindo de supostos questionamentos filosóficos jurídicos sobre a democracia e as instituições do poder - e falsas polêmicas com a questão dos grampos - o que Mendes conseguiu, na prática, foi aumentar as dificuldades para que as elites sejam investigadas e evitar constrangimentos sociais para os ricos, mesmo quando cometem crimes.

Dantas algemado, Cacciola algemado, Pitta algemado (e de pijama). Tais imagens causaram indignação e repúdio na maior autoridade jurídica do país? Não terá causado repúdio ao magistrado o fato de os 24 in-

vestigados na “Operação Satiagraha” terem movimentações financeiras suspeitas que totalizam até o momento quase R\$ 2 bilhões em mapeamento realizado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

A falsa polêmica sobre a violação aos direitos individuais envolvendo as escutas telefônicas é mais um mecanismo que servirá à defesa de Dantas e outros banqueiros, empresários ou governantes que venham a ser investigados nos chamados “crimes do colarinho branco”, ou mais propriamente crimes que envolvem a administração e o dinheiro público.

Ao transformar os investigadores - sejam policiais ou agentes de inteligência - em acusados em função das escutas telefônicas, vira-se o jogo e são criadas legitimidades no campo jurídico para que as provas, por exemplo, já obtidas pela PF contra Dantas, sejam questionadas posteriormente pela defesa do banqueiro. Não se trata apenas da opinião de um jurista ou advogado sobre a validade das escutas telefônicas judiciais. Trata-se da opinião da maior, ao menos em tese, autoridade jurídica do país, o que obviamente têm reflexos em toda a base da magistratura, ainda que equivocadamente. Como principal incentivador dessa polêmica, Gilmar Mendes acaba por dar suporte às interpretações jurídicas que questionam não o conteúdo das gravações, talvez as provas mais importantes para a condenação, mas a forma como foram obtidas. Ainda que as provas apontem a culpa, tenta-se questionar a validade das provas para escapar da tipificação criminal e, por conseguinte da punição.

Autores da investigação se tornam “réus”.

Talvez as evidências mais claras da existência de uma “justiça de classes” sejam essas: atualmente o investigado é o delegado que comandou a operação da Polícia Federal; a investigação passou a ser contra quem fez as escutas e não o que as escutas revelaram; a legislação foi modificada não para aumentar a punição para quem rouba dinheiro público, sonega imposto, ou lava dinheiro sujo, mas para diminuir o constrangimento que réus sejam expostos algemados.

O presidente do STF ainda fez o pedido de intimação - no dia 24 de setembro - do juiz federal Fausto de Sanctis, através da Corregedoria da Justiça Federal, que apura erros e abusos de magistrados. Sanctis terá que explicar o motivo que o levou a decretar a prisão de Daniel Dantas. Isso mesmo. O juiz terá que explicar porque mandou prender o réu, apesar de todas as provas veiculadas em rede nacional. Sanctis também está respondendo inquérito da PF para apurar se mandou grampear o telefone

de Gilmar Mendes.

Por outro lado, Gilmar Mendes, colocado no STF por Fernando Henrique Cardoso após serviços prestados como advogado geral da União, cargo ao qual foi indicado por Fernando Collor, se esforçou em ir a público para negar que suas decisões tiveram caráter classista. Obviamente, o presidente do STF sabia da repercussão de sua decisão. E esse é o ponto. Apesar da reação da opinião pública, alguns de seus companheiros de STF, do meio jurídico e até membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) realizaram reuniões e atos de desagravo para respaldar a ação do ministro.

Quando um grupo ou uma classe é atingido, rapidamente seus pares se unem e defendem os atingidos ou elaboram um ataque contra quem atingiu a classe. Pode-se analisar que o suporte classista não apenas corrobora a idéia da existência de uma “justiça de classes”, como se faz necessária para tentar passar à opinião pública uma legitimação desse sistema institucional, pois o grande risco, para essa classe, é que em determinado momento, após seguidos desgastes, a população perceba que o Judiciário brasileiro, exceto uma parte minoritária, é pautado pela defesa de uma classe, a classe que detém o poder econômico no país.

“Os intestinos do Brasil”

“...Daniel Dantas está numa sala da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo. Seu advogado, Nélio Machado, está próximo.

Diante do banqueiro, o delegado que coordenou a operação Satiagraha, o homem que o prendeu por duas vezes em 48 horas. São 8 da noite da quinta-feira, 10 de julho...”

“...Daniel, aquele que é tido e havido como uma mente brilhante, decide. O tempo dirá se cálculo ou rendição:

- Eu vou contar tudo!

E faz jorrar, devastador:

“...vou contar tudo sobre todos. Como paguei um milhão e meio para não ser preso pela Polícia Federal em 2004...”

- Um milhão e meio? À época da operação Chacal, o caso Kroll...? (pergunta Protógenes)

Prossegue a torrente de Daniel:

- ...tudo sobre minhas relações com a política, com os partidos, com os políticos, com os candidatos, com o Congresso... tudo sobre minhas relações com a Justiça, sobre como corrompi juízes, desembargadores, sobre quem foi comprado na imprensa...”

Extraído da Coluna de Bob Fernandes, intitulada “Os intestinos do Brasil”, no Terra Magazine, do site Terra do dia 11 de julho de 2008.

(<http://terramagazine.terra.com.br>)

Leia também o artigo “O senhor está preso”, diz delegado a Dantas” do mesmo autor, no mesmo site.

Quem é o banqueiro Daniel Dantas?

Daniel Valente Dantas é baiano, tem 53 anos. Oriundo de uma família tradicional da oligarquia de seu Estado, deixou a Bahia como um empresário modesto, mas com um padrinho político importante: Antonio Carlos Magalhães, o ACM. Foi através de ACM, então no PFL, e do economista Mário Henrique Simonsen, que Dantas chegou ao Governo Sarney. Engenheiro de formação, fez mestrado em Economia e especialização nos Estados Unidos. Passou pelo Bradesco e pela Odebrecht. Tornou-se conhecido à frente de um banco de investimentos, o Icatu. Alguns jornais publicaram que a proximidade com o poder lhe permitiu ter conhecimento de dados que proporcionavam vitórias sobre grandes especuladores financeiros.

Recusou convite de Collor para participar do governo, mas fez parte, a convite de Simonsen, da reunião de conselheiros e economistas que decidiu pelo bloqueio das contas em cruzados novos. Exponente econômico do PFL participou da confecção do Plano Real. A partir da aproximação com Pêrsio Arida - outro criador do Plano Real e ex-presidente do Banco Central (1993-1995) - formaram a sociedade que comanda o Opportunity.

Daniel Dantas foi um dos principais ar-

ticuladores da onda de privatizações durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB/1995-2002). Em função do excelente relacionamento e proximidade com os tucanos, e das possibilidades de lucros extraordinários, o Opportunity passou a participar das privatizações brasileiras, compondo consórcios ou grupos, principalmente na aquisição de fatias do sistema Telebrás. Criou o CVC Opportunity, com recursos do Citigroup (Citibank), da Telecom Itália (TIM) e da Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil).

Após a saída de FHC, Dantas contratou uma empresa americana, a Kroll, especializada em investigação de negócios, que teria grampeado Luiz Gushiken - ex-sindicalista e membro do governo Lula - e José Dirceu. O motivo: a Brasil Telecom, comandada pelo Opportunity - ainda que acionista minoritário - estava envolvida em uma disputa interna pelo controle acionário da empresa. Segundo as informações divulgadas à época pelo jornal Folha de S. Paulo, Dantas contava com o apoio das ações do fundo de pensão, durante o período FHC, para exercer o comando do grupo, o que desagradava a Telecom Itália e o Citigroup, em tese, acionistas majoritários.

Quem é Gilmar Mendes?

Mato-grossense de Diamantino, Gilmar Ferreira Mendes, 52, dois filhos, passou por vários cargos oficiais até chegar à posição máxima dos juristas brasileiros. Estudou direito entre 1973 e 1990 no Brasil e na Alemanha, obtendo os títulos de bacharel, mestre e doutor. Tornou-se professor de Direito Constitucional da UnB. Entre 1985 e 1988 foi procurador da República. Mais tarde, conquistou o ódio dos colegas procuradores por ter apoiado a redução do poder de investigação do Ministério Público, quando era assessor técnico do Ministério da Justiça na gestão de Nelson Jobim (1995 e 1996).

Foi adjunto da Subsecretaria Geral da Presidência da República (1990-1991) e consultor-jurídico da Secretaria Geral da Presidência da República (1991-1992), quando defendeu o ex-presidente Fernando Collor de Melo junto ao STF. Entre 1993 e 1994 foi assessor técnico na relatoria da revisão constitucional na Câmara dos Deputados. No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi subchefe para assuntos jurídicos da Casa Civil (1996-2000). Em 2000 foi convidado ao cargo de advogado-geral da União, onde permaneceu até o fim do segundo mandato de Fernando Henrique.

Durante esse período defendeu intransigentemente FHC. Indicado ao Supremo em junho de 2002, Mendes precisou - segundo reportagem da Folha de S. Paulo - de grande apoio dos tucanos para conseguir sua indicação ao STF, em 2002, a mais contestada pelo Senado em toda a história. Teve 15 votos contrários e 57 a favor pela bancada do governo da época (PSDB-PFL). Com 46 anos, foi o ministro mais jovem do STF. O articulista Elio Gaspari o apelidou de “juristucano” em publicação de 2000.

O jurista Dalmo Dallari acusou Gilmar Mendes de ser antiético no artigo “Degradação do Judiciário”, (Folha de S. Paulo, 08/05/2002) alegando que matéria da Revista Época (22/04/02) demonstrava que quando Mendes fora chefe da Advocacia Geral da União pagou com verbas públicas 451 contratos ao Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), do qual é um dos proprietários, para que seus subordinados fizessem alguns cursos. Para Dallari, sua aprovação pelo STF significaria “sério risco, à proteção dos direitos no Brasil, ao combate à corrupção e a própria normalidade constitucional”.

A revista Carta Capital, em matéria de capa de 08 de outubro deste ano, contes-

Gushiken fez valer seu peso político no governo Lula - indicou os gestores da Previ - e teria pressionado o fundo de pensão a se aliar ao Citigroup, tirando o controle da Brasil Telecom das mãos de Dantas, leia-se Opportunity. Após um conflito judicial com a Telecom Itália, o Citigroup destituiu o banco de Dantas do comando do fundo CVC Opportunity, que controlava a Brasil Telecom, a Telemig Celular, Amazônia Celular e o Metrô do Rio de Janeiro. O Citigroup passou a controlar as empresas telefônicas em parceria com os fundos Previ, Petros e Funcef (como queria Gushiken).

Em função de suas desavenças com parte da cúpula petista, Dantas mudou de estratégia e tentou uma aproximação com o novo governo contratando como advogados Antonio Carlos de Almeida Castro e Roberto Teixeira, respectivamente amigos de José Dirceu e compadre de Lula. Recentemente passou a contar também com a consultoria jurídica de Luiz Eduardo Greenhalg, advogado e ex-deputado federal pelo PT. Dantas também controla três empresas que, segundo a CPI dos Correios, em 2005, teriam repassado R\$ 150 milhões para o esquema do chamado “Valérioduto” que financiou o “Mensalão”.

tou a ética do presidente do STF. Segundo a revista, entre 2000 e 2008, o IDP, do qual Mendes é sócio, faturou cerca de R\$ 2,4 milhões em contratos com órgãos ligados ao Governo Federal. Nelson Jobim, o ministro da Defesa, faz parte do corpo docente do IDP. Vários ministros do STF também são docentes do instituto. Um dos sócios de Mendes no IDP, Inocêncio Mártires Coelho, foi o último procurador-geral da República na época da Ditadura.

O Ministério da Defesa, sob o comando de Jobim, contratou o instituto. A Força Aérea Brasileira (FAB) também. O diretor geral do IDP é coronel da reserva da FAB. Fazem parte da lista de instituições públicas que contrataram o IDP a Controladoria Geral da União, o Superior Tribunal de Justiça e a Receita Federal, entre outros. Esses cursos, em geral, são contratados na modalidade “inexigível”, ou seja, partem do pressuposto de que não há outra entidade em Brasília capaz de prestar serviços semelhantes, portanto dispensam licitação. Entre outros fatos, a matéria da revista Carta Capital informa também que o prédio do IDP foi financiado com verbas do Fundo Constitucional do Centro Oeste -FCO, as quais são gerenciadas pelo Banco do Brasil.

O sucesso das Festas Jubs continua!

Quem é que não gosta da junção: música de qualidade, culinária de primeira e boa companhia? É por reunir todos esses itens em um só lugar que as Festas Jubs continuam dando o que falar entre os companheiros do Judiciário, sejam eles associados ou não.

Forró: apresentação de Miguel da Capela



A alegria e descontração são o ponto forte do trabalho promovido pela Diretoria de Atividades Culturais, Sociais e Educacionais da ASSOJUBS, cujo interesse é fortalecer e estreitar ainda mais o contato entre a categoria e sua base de apoio e representação.

O chorinho de Oswaldinho do Cavaco e Grupo na Feijoada da ASSOJUBS



E os eventos têm atração para todos os gostos e estilos. Nas últimas realizações, festas temáticas com forró, chorinho e MPB. Você, associado, que nunca participou não sabe o que está perdendo! Venha se divertir e fazer parte da turma dos judiciários baladeiros!

Noite da MPB: Patrycia Alves & Banda



CRIANÇA

Jubs:

a vez da garotada na associação

No dia 11 de outubro quem teve vez na ASSO-JUBS foi a garotada, filhos e familiares de associados. A associação abriu as portas de sua sede santista para acolher com muito carinho os pequenos dependentes no Criança Jubs, promovido em comemoração ao Dia das Crianças.

A Cantina da associação virou uma grande área de lazer para a criançada, que foi recepcionada com as opções que mais os agradam: guloseimas, brincadeiras e atividades com monitores e distribuição de presentes. Foi uma tarde de muita bagunça para os pequenos, que estiveram acompanhados dos pais, os quais acabaram também por fazer parte da diversão.



IMÓVEIS EM LANÇAMENTO

Para funcionários
públicos e outros

**SANTOS
PRAIA GRANDE
GUARUJÁ**

E nas demais cidades da
Baixada Santista
Financiamento pela Caixa
Federal e outros bancos

Contato – Vandercy
Tel.: (11) 8186-9408

E-mail:

vandercy.vieira@hotmail.com ou
vandercy@abyaraonline.com.br



Governo Lula impõe duro golpe aos servidores públicos

Funcionalismo terá de pagar imposto sindical obrigatório

Através de uma instrução normativa, do dia 30 de setembro, mas publicada apenas no dia 3 de outubro, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT), determinou a cobrança da contribuição sindical obrigatória para todos os servidores públicos do país das três esferas: municipal, estadual e federal.

Esta medida significará a injeção de R\$ 450 milhões nas entidades sindicais do funcionalismo público federal. A cobrança do imposto sindical dos funcionários públicos está prevista na Constituição de 1988, mas não havia sido regulamentada.

O governo havia enviado ao Congresso uma lei prevendo a substituição da cobrança do imposto sindical dos trabalhadores celetista pela contribuição negocial.

Segundo o ministro do Trabalho, em entrevista ao jornal O Globo, a determinação foi provocada por três acórdãos do Supremo Tribunal Federal que determinam a inclusão dos servidores públicos no chamado Regime da Contribuição Legal Compulsória.

A cobrança, que terá início ainda este ano, é descontada no valor de um dia de salário.

A contribuição sindical é uma imposição do Estado desde a década de 1940, durante a ditadura de Getúlio Vargas, e tinha como objetivo atrelar os sindicatos aos governos e manter os chamados sindicatos pelegos.

O funcionalismo público, que construiu sua organização sindical na luta contra o regime militar e que teve seus direitos de livre associação sindical garantidos pela Constituição de 1988, estava livre desse imposto.

Estava. O governo petista, atendendo o clamor de quase todas as Centrais Sindicais, agora impõe esse absurdo ao funcionalismo.

Quase todas as Centrais, pois a Confederação Nacional das Lutas dos Trabalhadores (Conlutas) mantém-se como a única central sindical que se manifesta contrariamente ao Imposto Sindical. A entidade também é contrária a cobrança do imposto sindical para os trabalhadores do setor privado. Alguns sindicatos do funcionalismo já ameaçam ir à Justiça para barrar o imposto sindical

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Federal (Condsef), Josemilton Costa, afirmou que o novo imposto é uma intromissão indevida do gover-



A cobrança, com início ainda este ano, é descontada no valor de um dia de salário

no federal sobre o direito de livre organização dos sindicatos. “A posição do ministro do Trabalho é equivocada. Não aceitamos que o Estado se intrometa na organização das entidades dos trabalhadores. Não vamos aceitar essa imposição”, disse. Os sindicalistas deverão recorrer ao STF. Para eles, o ministro não teria poderes para editar uma instrução normativa com alcance tão abrangente.

Atualmente, só pagam imposto sindical os servidores públicos que, por iniciativa própria, se filiam aos sindicatos. Os servidores não-filiados não pagam. Em geral, os sindicatos cobram contribuições mensais equivalentes a 1% do salário dos servidores.

Lupi afirmou que “esta medida foi tomada após criteriosa análise da Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho e Emprego amparada pelo artigo 610 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regulamenta o pagamento da contribuição sindical, em conjunto com o artigo 578, que prevê a contribuição também de servidores públicos de todo o país, independente do regime jurídico que estiverem submetidos tal trabalhadores”. (Fonte: O Globo)

Associações não recebem o imposto sindical

É preciso esclarecer que as entidades associativas de servidores públicos, como a ASSOJUBS, não recebem e não receberão o imposto sindical. A ASSOJUBS é uma entidade de livre associação e se mantém através da cobrança de mensalidades e de taxas administrativas na prestação de serviços conveniados. Além disso, a ASSOJUBS é a

única entidade representativa dos servidores do Judiciário estadual que discute anualmente em Assembleia exclusivamente destinada para isso os valores das mensalidades dos associados (a próxima será em novembro, fique atento e participe).

No caso da categoria dos servidores do Judiciário de São Paulo, toda a arrecadação será revertida ao Sindicato União.

O presidente da ASSOJUBS, Hugo Coviello, afirmou ser contrário à cobrança do imposto sindical: “Nós entendemos que os trabalhadores precisam ter liberdade de associação sindical e que a contribuição deve ser livre também”. E continuou: “O trabalhador, seja ele servidor público ou empregado privado, deve contribuir com o sindicato ou a associação que fizer parte de acordo com suas idéias e com as decisões coletivas do conjunto de companheiros que fizerem parte da entidade, mas jamais pode aceitar ser obrigado a contribuir, até porque se ele estiver descontente com o trabalho, ou com a falta de trabalho do sindicato, e não perceber perspectivas de mudá-lo, então ele não deve pagar nem fazer parte”.

Para Coviello a cobrança obrigatória “fere os princípios de liberdade e independência” que uma entidade sindical deve ter. “O governo Lula dá mais um golpe contrário à luta dos trabalhadores. Essa prática vai significar, a longo prazo, o atrelamento das entidades dos trabalhadores aos governos de plantão. Isso é perigosíssimo e inaceitável, temos que analisar juridicamente o que pode ser feito para defender a categoria, mas já sabemos que só isso não basta, vamos precisar de mobilização, de pressão”.

Ações patrocinadas pelo Departamento Jurídico

Contribuição Previdenciária: ação que busca a restituição de todos os valores que foram descontados a título da contribuição previdenciária instituída pela Lei Complementar Estadual nº 943, de 23 de junho de 2003.

Salário base/salário mínimo: ação pleiteando o reconhecimento do direito dos servidores em perceber salário-padrão igual ou superior ao salário mínimo vigente, nos exatos termos do artigo 7º, inciso IV, combinado com o § 2º do artigo 39 da Constituição Federal.

FAM (Fundo de Atualização Monetária): entre os anos 1989 e 1994, várias parcelas dos vencimentos dos servidores foram pagas com atraso pelo Governo do Estado, não acrescidas, entretanto, da devida correção monetária, sendo o pedido de pagamento das diferenças baseado no disposto no art. 116 da Constituição do Estado de São Paulo.

Sexta-parte: pedido para o pagamento das diferenças salariais referentes à não inclusão de todas as gratificações percebidas a qualquer título e demais vantagens adicionais não eventuais no cálculo da vantagem conhecida como “sexta parte”, inclusive retroativamente dentro do período prescricional de 5 anos, com base nos artigos 129 e 115, XVI, da Constituição Estadual.

Desvio de função: ação com pedido para perceber as diferenças salariais para os servidores que exercem as funções de cargo superior ao qual foram admitidos.

Administrativas individuais: defesas em procedimentos administrativos decorrentes do exercício do cargo.

Pessoas privadas: consultoria e representação contenciosa para causas particulares não vinculadas à condição de servidor público.

Diretoria promove o 4º FUTJUBS

O mês de setembro marcou o início da 4ª edição do Torneio Regional de Futsal da ASSOJUBS, o FUTJUBS, que envolve sete equipes inscritas de acordo com o regulamento da competição, desenvolvido pela Diretoria de Esportes e Lazer, o qual permite a participação de associados, dependentes, quaisquer funcionários que trabalhem nas dependências dos fóruns (todas as comarcas da região) e funcionários públicos de outras repartições. A abertura inicial do FUTJUBS foi realizada no dia 13 de setembro no Ginásio Poliesportivo da Universidade Santa Cecília (Unisantia).

Entre as equipes inscritas estão a Polícia Militar (PM), Sindserv, Detonatas, Sexta-Parte, Cruz Azul (Santos), Fórum de São Vicente e Fórum

de Praia Grande. A fase classificatória do torneio acontece até o início de novembro – a 7ª, e última, rodada será no dia 01/11.

As partidas da fase classificatória até a 6ª rodada tem a Unisanta como palco das disputas. Já a 7ª rodada, a semifinal, em 08 de novembro, e a grande decisão, no dia 22 de novembro, ocorrerão no Ginásio do Sesc Santos.

Ao final da competição haverá premiação para as três primeiras colocações, para a seleção do torneio (eleição do melhor atleta em cada posição) e para o melhor jogador da final.

O 4º FUTJUBS tem seus jogos realizados aos sábados. O evento tem apoio da Unisanta e do Sesc Santos. Servidor, prestigie nossos atletas, venha fazer parte da torcida.

ASSOJUBS realiza mais uma campanha de saúde dentária em seu ambulatório

Além da gratuidade em tratamentos de limpeza e aplicação de flúor, iniciativa incluiu os procedimentos de restauração e extração de dentes de leite; ação resultou no dobro de pacientes atendidos

Em mais uma campanha, o Ambulatório Odontológico da ASSOJUBS, na Sede Santos, disponibilizou aos seus associados a gratuidade em alguns procedimentos dentários no período entre 15 de abril e 15 de julho. A iniciativa também foi extensiva aos dependentes – filhos até 18 anos e cônjuges.

Os pacientes do ambulatório puderam fazer uso gratuito de tratamentos como profilaxia (limpeza), aplicação de flúor, exodontia de dentes decíduos (extração de dente de leite) e restaurações em amálgama (obturações de dente).

“Desta vez estiveram no ambulatório pessoas que, apesar de associadas,

nunca haviam feito uma consulta comigo. Até os aposentados participaram da campanha. E o mais interessante foi ver a satisfação desses novos pacientes, pois disseram que voltariam quando precisassem de tratamento”, comentou a cirurgiã-dentista Valéria Tubel Vaz de Almeida, responsável pelo consultório da associação.

De acordo com Valéria Tubel, dobrou o número de pacientes atendidos em relação à demanda da última campanha, em 2007, um acréscimo considerável que superou as expectativas da organização. Outro ponto positivo foi a inclusão dos procedimentos de restauração e extração de dentes de leite.

PERMUTAS

Michel Iorio Gonçalves - Escrevente Técnico

Origem – lotado no 1º Ofício de Vicente de Carvalho

Destino – qualquer área de Santos ou Cubatão

Contatos – (13) 8136-8766

(13) 3363-2819 (residencial)

e-mail – michel.iorio@itelefonica.com.br

Francisco de Assis de Lavor Neto Escrevente Técnico

Origem – Lotado no 2º Ofício Cível de Guarujá

Destino – escritórios cível ou criminal de Santos

Contato – (13) 8121-0640

Marisol Mendes da Silva Pitombeira Escrevente Técnico

Origem – Lotada no 10º Ofício Cível de Santos

Destino – outro cartório cível da Comarca de Santos, preferência pelo horário das 9 às 17 horas

Contato – (13) 9101-7844

(13) 4009-3610 (cartório)

Em funcionamento há 10 anos, o Ambulatório Odontológico da ASSOJUBS tem seu atendimento voltado exclusivamente aos associados e dependentes. Mas, pela distância, servidores de comarcas como as do Litoral Sul e Litoral Norte têm maior dificuldade em utilizar os préstimos do consultório. Uma barreira quebrada por conta da campanha. “Essa realização foi uma oportunidade para que esses sócios pudessem conhecer o serviço que a ASSOJUBS dispõe ao seu quadro de servidores”, reiterou Valéria Tubel.

A iniciativa da ASSOJUBS, segundo a cirurgiã-dentista, também foi muito importante para o trabalho de prevenção aos problemas bucais: “Ações como

essa são fundamentais para evitar futuras doenças, pois durante a consulta posso passar orientações, dar dicas e tirar dúvidas”.

Aos que não conhecem o nosso ambulatório, eis a dica! Há atendimento todas as terças-feiras, das 11 às 18 horas, às quintas-feiras, das 11 às 14 horas, e às sextas-feiras, das 11 às 18 horas. É só agendar previamente o horário da consulta. Os valores nos tratamentos são abaixo da tabela de mercado, com descontos especiais para os associados, e o pagamento pode ser parcelado (preço combinado entre paciente e dentista) ou através do convênio com a Oral Health (plano odontológico).

Mário Augusto Bernardes: o novo diretor de Patrimônio

Em um primeiro momento questionou o motivo do convite para integrar a chapa que concorria à reeleição na ASSOJUBS: “Por que eu se há tanta gente boa nos Fóruns da região?”, Depois analisou as argumentações de Hugo Coviello, presidente, e Alexandre dos Santos, diretor de Convênios, os responsáveis pelo convite, pesou os prós e contras. E num terceiro passo aceitou a empreitada, que hoje coloca em prática, de comandar a Diretoria de Patrimônio da associação. Falamos de Mário Augusto Bernardes, 28 anos de Tribunal de Justiça, escrevente técnico lotado na Diretoria de Serviço de Material/Seção Patrimônio do Fórum de Santos.

Mas quem pensa que essa é a primeira vez que ele atua como dirigente se engana. É companheiro antigo de luta, um orgulho para a categoria, pois fez parte da primeira greve do Judiciário, quando a associação, à época com formação de sindicato, liderou os servidores na paralisação de 1989.

Seu nome foi lembrado por sempre ter se mostrado um associado participativo, preocupado com os problemas que envolvem a classe e interessado pelo andamento das atividades desenvolvidas na associação. Sem medo de cutucar a ferida, indagou e reclamou quando necessário, mas nunca deixou de reconhecer o trabalho quando bem feito.

E a facilidade no trato com o serviço que envolve o setor de patrimônio, devido ao seu expediente forense, também foi fator importante para que fosse chamado à contribuir com a ASSOJUBS.

Da seriedade do trabalho à amabilidade em seu comprometimento voluntário com a Casa Caio (Centro de Apoio Infantil Oasis), instituição que atende crianças direta ou indiretamente atingidas pela Aids. Esse é Mário Augusto Bernardes, o nosso entrevistado da edição número 08 de O Processo.

O Processo - É a primeira vez que está à frente de uma entidade representante de classe?

Mário Augusto Bernardes – Não, já tive uma experiência anterior como diretor aqui nesta mesma entidade, quando era SINJUBS. Mas, como ASSOJUBS é a primeira vez. Participei quando a associação era designada sin-

dicato. Fui da primeira formação do sindicato, sob a presidência de Miguel Arcaño Rollo, quando houve a primeira greve do Judiciário, a qual puxamos.

OP - Como surgiu o convite para fazer parte da Diretoria?

Mário – O convite veio através do Alexandre [dos Santos, diretor de Convênios] e do Hugo [Coviello, presidente]. Os dois expuseram a situação, explicaram que estavam tentando dar continuidade ao trabalho feito até aquele momento [dois anos de gestão, iniciada em 2006], e que faltava um componente.

Explicaram que o Paulo [Mercadante, diretor de Comunicação] estaria deixando o Patrimônio para assumir outra pasta e que precisariam de alguém para contar e confiar. Então, comuniquei meu compromisso como voluntário na Casa Caio, o qual fui informado que não haveria qualquer empecilho em continuar a desenvolver o trabalho e a atividade como membro da associação, e pedi um tempo para dar a resposta. Mas cheguei à conclusão que daria para conciliar, e aceitei o convite.

OP - Ficou surpreso com o convite?

Mário – Ao ser convidado, me perguntei: Por que eu se há tanta gente boa nos fóruns? Mas, pela amizade que tenho com o Hugo e por conhecer os demais componentes da chapa, resolvi fazer parte da empreitada.

OP - Mesmo enquanto associado sempre foi participativo?



Paulo Mercadante, da Comunicação, entrevista Mário Bernardes, o novo diretor de Patrimônio,

Mário – Sim. Como sou associado desde a época em que a associação era sindicato, sempre estive presente, sempre fui participante, mesmo que fosse para dar algum conselho ou apontar erros e falhas. Sempre fiz críticas, construtivas ou não. E devido ao bom relacionamento com a Diretoria, mantive um canal aberto para essas reclamações ou elogios. E por saber disso, servi muitas vezes de ouvidor para as propostas e problemas trazidos por outros sócios.

OP - Em 2004 você foi candidato no pleito da ASSOJUBS, no formato, então, de candidaturas individuais. Naquele momento você teve uma divergência com o atual presidente, que também foi candidato. Pode-se dizer que essa divergência é coisa do passado?

Mário – É verdade. Chegamos a ficar até um tempo estremecidos, mas a amizade superou as divergências, tanto que hoje estou aqui ao seu lado, para somar e contribuir com meu trabalho.

OP - Já está adaptado ao cargo?

Mário – Estou em processo de análise sobre a área de patrimônio. Como a demanda de trabalho é intensa, estou me familiarizando aos poucos. É um engano pensar que o patrimônio é fácil de lidar, pois é tudo muito detalhado, tem que saber o que a associação possui, o que não possuiu e como descartar, as aquisições necessárias e as dispensáveis, o motivo de uma compra, como vamos fazer algum investimento, entre outras particularidades da pasta. E ainda

há dúvidas sobre o funcionamento de algumas rotinas, que busco sanar conversando com os outros diretores, que me informam o procedimento correto a ser adotado.

OP - Como é essa familiarização?

Mário – Estou começando devagar, resolvendo problemas mais urgentes, correndo atrás do que precisa para a Cantina e para a associação. O que já implementei foi a padronização na apresentação do orçamentos para solucionar qualquer conserto ou manutenção, buscando a transparência para não ter dificuldades, amanhã, com a prestação de contas e com a vitória dos conselheiros. Esse cuidado também é necessário para quando chegar a hora de entregar a pasta, facilitar para meu sucessor o entendimento das rotinas do setor.

A manutenção é um trabalho muito difícil por conta da crença popular em firmas que se acreditem ser gabaritadas para o serviço e não são. É um setor que requer muito cuidado. Por exemplo, se uma lâmpada queima, é necessário saber se eu posso trocar ou se é preciso a presença de um eletricitista, fazer a pesquisa de preço para a compra da peça e a mão de obra. Tem que ser tudo avaliado e detalhado, pois o pagamento sai do bolso do associado.

Mas, é lógico que em casos de urgência não haverá tempo de realizar esse processo, a solução terá que ser imediata para não comprometer o andamento da Cantina ou do escritório. Por sorte, ainda não me deparei com casos assim.

OP - E a relação com os associados?

Mário – Quando os associados me colocam a par de algum acontecimento que lhes desagrade, eu ouço atentamente, questiono para saber exatamente qual o problema e, conversando, tento expor a realidade da situação. Se é reclamação por conta de uma opção do cardápio que num dia estava sendo servido e no outro não, explico que seguimos um padrão. Se o associado se queixa do valor cobrado na refeição, comento sobre a alta dos produtos, o saco do arroz, por exemplo, que hoje chega até a R\$ 12,00. Tento fazer uma relação entre o que o sócio gasta em casa, em uma família pequena, e o que é utilizado aqui, uma demanda muito maior.

É muito complicado agradar a todos.

OP – Já surgiu algum questionamento mais contundente?

Mário – Me foi muito questionado sobre a cessão do aluguel da Cantina. E sempre coloco em evidência os prós e os contras de uma determinada situação para mostrar ao associado, pois se houver prejuízo para a ASSOJUBS, conseqüentemente, haverá para o sócio. Nesse caso, o valor cobrado no aluguel não cobre as despesas que a associação tem, por isso essa decisão foi tomada [a de suspender o aluguel do espaço para a realização de eventos].

OP – Como é integrar a ASSOJUBS no atual momento?

Mário – Fazer parte do trabalho neste momento está sendo muito interessante. No passado, quando integrei o sindicato, era totalmente diferente, pois não tínhamos sede, não tínhamos refeitório. Àquela época lutávamos por essas conquistas. Hoje estamos aqui para zelar por elas, prestar contas e fazer cobranças. Um papel totalmente diferente.

OP – Com uma estrutura montada e organizada, há algo ainda por fazer?

Mário – Apesar da estrutura montada, o ideal é a ampliação. Mais espaço para o escritório, conseqüentemente aos associados e a aquisição da quadra para atividades esportivas. Estamos em processo de estudo e pesquisa sobre algumas áreas, avaliando a possibilidade de aquisição em uma cidade vizinha, como São Vicente. Isso tudo está sendo analisado para, como tradicionalmente se diz, 'não passar a carroça na frente dos bois'. Não podemos também investir em um novo imóvel e ficar sem recursos em caixa, pois em situações de emergência, são essas verbas que nós utilizamos.

OP – Qual o elo entre o Patrimônio e as demais pastas?

Mário – A Diretoria de Patrimônio é ligada diretamente à Tesouraria, pois mexe diretamente com compras, manutenção e reparos, que exigem controle financeiro. Mas o Patrimônio é voltado para tudo e com as demais pastas, também há ligação. Por exemplo, a realização de eventos. Deve-se ter cuidado com a hora que vai começar e terminar, o que vai ser utilizado, quantas pessoas vão trabalhar e quantos convidados, tudo calculado. Outro exemplo é no caso de uso do veículo da associação. O destino e o que vai ser transportado também devem ser informados. Por isso digo que é uma 'batata quente'. E as pessoas ainda pensam que o Patrimônio é simples...

OP – O diretor Mário Augusto Bernardes é rígido ou maleável em sua atuação?

Mário – Depende da situação. Há momentos que nem converso, já cobro o motivo de tal imprevisto não ter sido resolvido. Em certas ocasiões não deve haver a dependência. Dou liberdade para o funcionário trabalhar. Se por acaso eu estiver fora da cidade e uma emergência ocorrer? Vão esperar eu voltar para solucionar? Isso não pode acontecer. Por sorte aqui o pessoal é bem dinâmico nesse ponto.

OP - Quando você assumiu a pasta já tinha algo planejado?

Mário – Não. Queria primeiro saber o que ia encontrar pela frente para depois traçar planos. Como lido com o patrimônio no Fórum, sei que tem que ser pé no chão, pois existem inúmeras limitações.

OP - E agora, já tem algo em mente?

Mário – Temos alguns pontos traçados, mas dúvidas também. Queremos outro local para a sede, mas será perto ou longe? E o escritório? E o consultório odontológico? Serão na parte de baixo, visando o atendimento aos aposentados, que reclamam muito da escada? Itens que fazem parte da nossa pauta de trabalho, mas que demandam uma análise minuciosa ante sua execução.

Quero dar continuidade ao trabalho e realizar todas as promessas feitas durante a campanha ao longo desses dois anos de gestão, que são a ampliação da sede, a compra de um terreno para quadra e o funcionamento em horário integral da Cantina.

OP – A abertura da Cantina o dia todo é uma pretensão antiga...

Mário – O funcionamento em horário integral da Cantina é um processo que vai dar trabalho para implementar. Além da dependência de uma nova documentação, que envolve trâmites burocráticos na Prefeitura, já se sabe que os pedidos não poderão ser pagos com cheque para receber daqui a dois meses, e sim à vista, porque não há como a associação arcar com esse custo, pois será feito uma reestruturação para atender a necessidade que a abertura da Cantina o dia todo implica, como aumento de estoque e de pessoal. Se é para fazer, é para fazer bem feito. E ainda temos que levar em conta que a associação é uma entidade sem fins lucrativos, portanto, não é como abrir um bar.

OP – O que é preciso para encarar uma empreitada como essa, de representar uma determinada classe?

Mário – Tem que ser muito paciente para encarar um cargo à frente da associação. É muito trabalho. E às

vezes ainda se ouve a reclamação de que um diretor não está na associação. Mas, não é porque o diretor não está fisicamente na sede que não esteja trabalhando, em diversos casos o serviço também é feito na rua. Esse é o serviço de bastidor, para o bom funcionamento da casa, tem esse trabalho por trás.

Conheço muita gente que tentou montar chapa e não conseguiu, o pessoal não tem noção do que é a realidade, não sabe o que é sentar na mesa de negociação em São Paulo. Hoje, temos gente sentando lá, mas muito já aconteceu para chegar nesse ponto. Tem que ter embasamento, pois também não adianta chegar em São Paulo e não falar nada. Tem que estar preparado para falar, preparado para ouvir a resposta e preparado para transmitir o resultado aos colegas. Falar que vai montar uma chapa é fácil, o difícil é quando chega a hora da cobrança...e é isso que faz as pessoas desistirem, o dia-a-dia.

Aqui é um segundo trabalho nosso. Se no Fórum temos que fazer direito, aqui, muito mais. E do mesmo jeito que brigamos por nossos direitos perante o Tribunal de Justiça, como associação dos servidores temos que fazer 'muito

mais direito' do que eles.

OP - Como é sua relação com os demais componentes da Diretoria?

Mário – Você tem que saber lidar e conversar com as pessoas. Há um diálogo muito bom entre os diretores. É uma convivência, e cada pessoa tem seu modo de pensar, mas sempre buscamos o consenso. Não adianta nada impor a minha idéia e ela não for prática. Em nossas reuniões sempre ouvimos a opinião de todos os membros, pesamos o lado ruim e bom de tal tema e tiramos uma decisão em comum.

É por isso que eu sempre procuro explicar o motivo de tal sugestão de um associado não ter ido adiante. Procuro fazer tudo com transparência, esse é o ideal. O que é feito não é só para mim, é para todos, a associação não é só minha, é de todos. Se eu tiver destruindo, é o meu dinheiro que estou jogando fora. Se estiver construindo, essa construção abrigará todos. Essa é a minha mentalidade, e ela está funcionando muito bem perante a associação.

Seu nome foi lembrado por sempre ter se mostrado um associado participativo, preocupado com os problemas da classe e pelo interesse acerca das atividades da associação



A CRISE MUNDIAL

Hugo Coviello

Nos últimos dias temos acompanhado as notícias sobre a crise da economia dos EUA e as alterações provocadas nos países de todo o mundo. Crise econômica mundial, portanto, trata-se da maior crise financeira dos últimos 30 anos e, talvez, a maior desde a grande quebra de 1929.

Ao contrário do que a mídia insiste em divulgar, a crise foi alavancada pela quebra do setor das hipotecas imobiliárias do mercado norte-americano, mas não foi causada pela quebra do setor hipotecário. O verdadeiro motivo é que o sistema capitalista chegou ao seu ponto de saturação.

O problema imobiliário dos EUA é apenas o catalisador dessa saturação. Se não fosse esse setor, a crise explodiria do mesmo jeito, talvez até antes e através de outra válvula. A crise é de excesso de produção - por mais paradoxal que isso possa parecer se levarmos em conta que quase metade do mundo ainda passa fome - e de excesso de crédito financeiro.

É o fim de um ciclo. E os economistas, incluindo os capitalistas, sabem disso. O sistema funciona através de ciclos, alguns maiores, outros menores. Até a chegada dessa crise acreditava-se que estávamos vivendo a fase de ciclos cada vez menores e mais fortes, tanto de depressões, quanto de expansões da economia. Só após o término da atual crise é que poderemos saber. Aliás, se terminar. Períodos de profundas recessões econômicas costumam causar transformações políticas e sociais igualmente profundas. Resta saber até que ponto chegará e como o setor majoritário da sociedade atuará: os trabalhadores.

Estopim da crise

No entanto, não foi só o estouro da bolha imobiliária dos EUA que levou à recessão, obrigando o governo estadunidense a realizar uma intervenção estatal na economia como nunca se viu. Um pacote de US\$ 850 bilhões, aprovado na base do desespero e que provavelmente não resolverá o problema, apenas amortecerá o impacto.

O que não se fala é que após um grande período de expansão produtiva e oferta de crédito o sistema entrou em colapso, pois as taxas de lucro se reduzem até atingir níveis tão baixos que comprometem a existência da

própria atividade capitalista.

Isso quer dizer que a possibilidade de gerar novos lucros diminuiu tanto que deixa de ser interessante investir na produção de riquezas. O investimento, então, vai para os mercados financeiros, mas como esse também canaliza muita oferta de dinheiro passa a pagar pouco. Sem possibilidades de realimentar o sistema - o que só se faz através do lucro -, o capitalismo entra em colapso.

Assim, o sistema de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos, que aparece agora como grande vilão, foi também quem manteve por mais um período o sistema funcionando. Propositalmente esconde-se que ele foi o último recurso para captar o excesso de demanda financeira e tentar gerar lucro. Foi bom enquanto durou. Com excesso de crédito no mercado mundial e juros baixos, o setor imobiliário passou a ser um bom investimento, com forte valorização, impulsionando os mutuários estadunidenses a refinar suas hipotecas.

Como exemplo, um trabalhador norte-americano que tinha uma casa no valor de US\$ 50.000,00 podia dar a casa como garantia - ainda que faltassem prestações a pagar - e pegar um refinanciamento de US\$ 100.000,00, uma diferença de US\$ 50.000,00 despejada no consumo. O banco passava o dinheiro ao dono do imóvel e emitia um título no valor de US\$ 100.000,00, lastreado pelo imóvel - reavaliado para esse valor - a ser negociado com outros bancos para girar novos créditos.

Nos EUA esses títulos são chamados de "subprime" (algo como "segunda linha"), pois os valores individuais de cada título são pequenos e os tomadores do crédito são majoritariamente trabalhadores. Quer dizer, não são pessoas jurídicas, estados ou grandes empresas (os clientes do sistema financeiro considerados como "primeira linha").

Títulos baseados nos "subprimes" passam a ser emitidos e espalhados por todo o sistema financeiro, inundando os bancos de títulos hipotecários. Ocorre que na emissão desses títulos se exigiu cada vez menos garantias do tomador desses empréstimos. O imóvel continuou a ser a própria garantia.

Para controlar o excesso de consumo, o FED (Federal Reserve, o Banco Central dos EUA) vinha adotando uma política de au-

mento da taxa de juros. O preço dos imóveis começou a cair e a prestação ficou mais cara. Como boa parte da população estava endividada pelo alto consumo, na hora de pagar a opção foi deixar a hipoteca por último ou tornar-se inadimplente.

Cresceu o número de famílias americanas que devolveram imóveis às financeiras, pois lá as regras do setor permitem que o tomador do empréstimo ao não conseguir pagar a hipoteca possa simplesmente devolver a chave da casa para o banco e cancelar a dívida.

O valor dos imóveis despencaram, não correspondem mais ao valor das hipotecas e, portanto, dos títulos, fazendo com que a perda de bancos e financeiras seja gigantesca. Todo o setor fica comprometido. Os títulos "subprime" não valem nada, as garantias tampouco - os imóveis também estão na lona -, o calote avassalador se alastrou e o crédito secou. Falta dinheiro em circulação, a roda da economia para de girar. Essa é a crise, essa é a recessão.

Capitalismo: privatização dos lucros e socialização dos prejuízos

Portanto, as crises do capitalismo são cíclicas, ocorrem em seguida aos períodos de crescimento econômico, destroem mercados financeiros, empresas, estados, fortunas, riquezas e pessoas. O pior de tudo: as pessoas que são destruídas, em sua maioria, não são grandes proprietários, empresários, banqueiros ou governantes. Estes, no máximo, perdem o emprego, o cargo, e alguns mais radicais se suicidam, inconformados com a expulsão dos céus do Deus Mercado. Até aí o mundo sairia ganhando.

Os mais prejudicados, porém, são os trabalhadores que pagam - sempre - a conta dos desmandos e da cobiça capitalista.

Basta observar que o Estado, no caso dos EUA, é chamado a pagar a conta e socializar o prejuízo dos bancos com toda a população, pois os US\$ 850 bilhões do pacote para frear a crise vem do dinheiro público. Este valor corresponde a 5% do PIB - Produto Interno Bruto, a somatória de todas as riquezas produzidas anualmente em um país - estadunidense, e quase 70% do PIB brasileiro.

Na Irlanda o governo anunciou um pacote de US\$ 550 bilhões para salvar os bancos. Suíça, Bélgica, Holanda e Luxemburgo vão

pelo mesmo caminho. A Inglaterra decidiu estatizar parte do sistema bancário. A Europa ainda decide se seguirá o mesmo caminho. Resta a pergunta: o que fará o Brasil?

Em 1999, no governo de Fernando Henrique (PSDB-PFL) algo semelhante foi feito sob o nome de "Proer" e R\$ 20 bilhões do dinheiro público foram usados para salvar o sistema bancário privado.

O governo de Lula (PT), que foi um dos maiores críticos do "Proer", foi ainda mais longe. Através da Medida Provisória 442 concedeu poderes extraordinários ao presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles para dispor de volume ilimitado das reservas brasileiras para salvar os bancos. Praticamente Lula deu autonomia ao Banco Central, ao menos enquanto durar a crise, uma das políticas que mais tinha combatido quando era oposição.

Até o momento o Governo Federal, através do BC liberou R\$ 160 bilhões dos depósitos compulsórios que antes se exigia dos bancos como garantias. Quer dizer que se os bancos afundarem, devido aos problemas da especulação financeira e não puderem pagar a conta, o governo, leia-se o povo, assumirá essa dívida.

Pior, já se percebe que os bancos maiores estão especulando mais uma vez com essa medida e ao invés de despejarem créditos no mercado para evitar diminuir a provável recessão da economia, estão segurando créditos para forçar a compra dos bancos menores.

Quem sofre é a população que já está pagando mais caro pelo crédito e com prazos menores, o que deve, em médio prazo, aumentar a inadimplência. Seria esse "um país de todos", como proclama a propaganda oficial? Porque o governo não libera diretamente o crédito à população através dos bancos estatais (Caixa Federal, Banco do Brasil, bancos estaduais, BNDES) ao invés de tentar salvar bancos e financeiras?

Fim do capitalismo ou mais um ciclo?

Difícilmente este será o capítulo final do capitalismo. Porém, as repercussões desse momento poderão ser aproveitadas pelos trabalhadores para a contestação do sistema, gerando movimentos nos próximos anos que podem transformar a sociedade.

As crises de recessão fazem parte do sis-



tema capitalista, teoricamente marcado pela contradição e pela desigualdade. Contradição, entre outros elementos, porque é um sistema que carrega em si o germe da recessão. Desigualdade porque sua engrenagem se baseia na perversidade da exploração do homem pelo homem – única forma de obtenção de lucro (capital) – e na manutenção constante de despossuídos, da divisão social entre ricos e pobres.

Um sistema em que o mesmo período gerador de grande expansão econômica é também o causador da desgraça que vem a seguir, pois a alta produtividade e a concorrência – ou a crise de superprodução, inclusive nos mercados financeiros – vai diminuindo a taxa de lucro e o valor das mercadorias.

Após a destruição o capitalismo tende a se fortalecer novamente e voltar a girar a roda da economia (ou seria a roda de moer carne, literalmente?). E assim sucessivamente.

A maior recessão da história até hoje foi a de 1929 que levou à quebra da Bolsa de Nova Iorque, e foi também uma das causas embrionárias da II Guerra Mundial. A partir do meio da década de 70 o mundo também viveu uma forte recessão, causada pela crise de superprodução e pela alta dos preços do petróleo (alguns economistas, inclusive, entendem que essa crise dos anos 70 é que não foi completamente resolvida até agora)

Para resolver as crises do sistema capitalista só existem três formas: a própria recessão, uma queima direta e forçada de capital e as guerras. Ou seja, é preciso destruir capital, para voltar a valorizá-lo, ou destruir grandes áreas geográficas – com a guerra – que passem a necessitar então de aumento da produção para serem reconstruídas.

A discussão em questão não é mais saber se haverá recessão nos Estados Unidos. Ela começou. Apenas esse ano 770 mil postos de trabalho foram cortados nas terras do Tio Sam. Só em agosto o corte foi de 159 mil empregos. Os números podem parecer pequenos, mas se analisarmos que no Brasil se comemora cada vez que são criados um milhão de empregos formais, dá para ter uma

idéia do impacto que a recessão estadunidense trará internamente e externamente.

Como fica o Brasil?

A questão agora é saber quanto tempo durará a recessão norte-americana, e quanto tempo restará para nós até que comece no Brasil. Por mais que o governo Lula se esforce em dizer que o Brasil está imune, fortalecido, resistente, sofreremos os efeitos da recessão cedo ou tarde. De fato, em teoria, o país possui hoje melhores condições para enfrentar um processo recessivo do que na era FHC (Fernando Henrique Cardoso). Apesar da sensível melhora, a política econômica de Lula é uma continuação do liberalismo de FHC, com um desvio no sentido da ampliação do mercado interno via expansão do crédito e diminuição do desemprego.

O problema é que por ser um país dependente dos grandes centros econômicos – ou periférico dentro do sistema capitalista mundial – o Brasil poderia ser comparado àquele carrinho que está entre os últimos de uma composição que percorre os trilhos de uma montanha russa. O primeiro carrinho é o dos Estados Unidos.

Assim, quando os Estados Unidos estão subindo a montanha russa da economia, ou seja, quando estão expandindo sua economia, o Brasil está lá embaixo tentando sair de uma das crises de recessão econômica que atravessou. Quando os Estados Unidos mergulham para a recessão é justamente o momento em que o Brasil, após muito esforço, conseguiu chegar ao topo da montanha russa, na fase do crescimento econômico, mas por ser dependente do primeiro carrinho, logo será puxado para baixo. E com força.

Isso ocorre porque nossa economia se baseia, ainda hoje, na exportação de matérias primas básicas – minerais, extrativistas, agrícolas e pecuárias – e na importação de produtos industrializados, que incorporam tecnologia de ponta e assim possuem maior valor agregado.

Por mais que tenha melhorado o mercado interno, “aproveitando-se” da oferta de crédito

mundial e da explosão de consumo que o mundo vinha atravessando, o governo Lula investiu exatamente no modelo de economia voltada para a exportação de bens e produtos primários, as chamadas commodities.

Toda vez que uma recessão começa nos EUA a tendência é que os preços das commodities caiam, pois há queda de consumo. Quando os preços desses produtos despencam, nossa balança comercial fica desfavorável, quem investiu em commodities perde dinheiro e aumenta a inadimplência e com aumento da inadimplência e a rápida queima mundial de capital ocorre gradual subida dos juros e aí a expansão, baseada também na oferta de crédito, vai pro buraco.

Nesse ponto a ampliação do mercado interno através dos programas das “bolsas sociais” e do aumento do salário mínimo podem até servir de atenuantes da situação de recessão, mas não são suficientes para impedir a recessão. Até porque com a economia encolhendo, o salário mínimo deve subir menos, o desemprego aumenta e com mais gente disponível na rua o capitalismo – sim sempre ele e perverso – se aproveita para pagar menos a quem trabalha.

O pior é que o erro brasileiro nem é novo. Praticamente repete-se o mesmo que ocorreu durante o chamado “milagre brasileiro” na década de 70 durante a Ditadura Militar. Houve crescimento, mas assim que a recessão mundial cortou a oferta de crédito, acabou a festa, a concentração de renda aumentou e o país enfrentou quase duas décadas de constantes crises econômicas e crescimento píffio.

Ficaremos dependentes do quanto à China precisará de nossas commodities para que a crise aqui não seja tão grave. Mas os chineses são rápidos e já anunciam uma gigantesca reforma agrária para 900 milhões de pessoas, para justamente diminuir a dependência de comida do mercado externo. A outra opção é que o mercado interno consiga manter sua expansão. Na primeira semana da crise os mercados brasileiros sentiram a diminuição do crédito internacional e dos pedidos de

compra de nossos produtos, ou seja, os sinais mostram que a exportação será comprometida.

Exemplo disso é que duas grandes empresas que baseiam seus lucros na exportação, a Sadia (carnes e derivados) e a Aracruz (celulose), anunciaram gigantes prejuízos em dólares devido às dificuldades de refinar suas exportações, surpreendidas em operações cambiais negativas (devido à alta do dólar).

Pior. Da mesma forma que o Estado foi convocado pelos capitalistas para pagar a conta nos países da Europa (estatizando bancos) e nos EUA (capitalizando bancos “quebrados”), esses países vão convocar os países mais pobres, ou ditos “emergentes”, para dividir os prejuízos. A tendência histórica das “repúblicas de bananas” é aceitar, infelizmente.

Não existe mágica na economia: ou o país produz e gera riquezas em quantidade e qualidade suficiente para atender o que sua população necessita, em um determinado estágio de desenvolvimento, ou ele será dependente dos países que conseguem fazê-lo.

O cerne da questão é que enquanto o país não tiver condições de aumentar sua produção de bens industrializados, e que exigem maior desenvolvimento tecnológico, continuará a ser dependente dos países centrais da economia mundial – EUA, Europa, Japão (e agora a China). Seguiremos sendo o “celeiro do mundo”, aquela grande fazenda que exporta matéria prima e importa produtos industrializados e com tecnologia de ponta.

E dentro do sistema capitalista internacional esse continuará a ser o papel relegado ao Brasil, pois não interessa aos países centrais ter que disputar mercados com um número maior de países. Tampouco acabar com a riqueza. Nada muito diferente da época do Brasil colônia.

Como se vê 500 anos, às vezes, não parecem tanto tempo.

Hugo Coviello - 34, bacharel em Ciências Sociais, é presidente da ASSOJUBS

Audiência Pública em Santos debate a ineficiência do Iamspe

Discutir a ineficiência do Iamspe, o Instituto de Assistência ao Servidor Público Estadual, sobretudo na Baixada Santista. Foi com esse objetivo que entidades como ASSOJUBS, CAPESP, APEOESP, CPP e Sindsaúde realizaram no dia 15 de setembro, na Câmara Municipal de Santos, uma Audiência Pública, reunindo dirigentes e usuários do instituto.

A abertura dos trabalhos reuniu na mesa o presidente da CAPESP, Guilherme Nascimento, o mediador, o presidente da Comissão Consultiva Mista do Iamspe (CCM), Sylvio Micelli, servidor do Judiciário e diretor da ASSETJ, e a técnica do Departamento de Convênios e Assistência Médica do Iamspe (Decam), Elenice Trópico, representando o superintendente do órgão, Latif Abraão.

Em um breve relato, Micelli expôs aos participantes o atual quadro em que o Iamspe se encontra no Estado e informou as principais ações realizadas pela CCM para propor soluções acerca dos problemas enfrentados pelo Instituto. “O Iamspe foi sucateado. E a única forma de alterarmos essa triste realidade é exercer continuamente a pressão sobre a superintendência do Instituto, os deputados estaduais e o Governo do Estado”.

Na Baixada Santista e Litoral Sul, cujo número de servidores estaduais ultrapassa 20 mil, há um único posto de atendimento do Iamspe, o Centro de Assistência Médica Ambulatorial (Ceama), localizado em Santos, que dispõe de profissionais em apenas seis especialidades médicas. Uma realidade insuficiente para atender a demanda da região.

Para efetuar exames e marcar consultas em outras especialidades, o paciente deve recorrer ao único hospital conveniado do Iamspe na região, o Hospital Estadual Guilherme Álvaro.

Esses procedimentos são insuficientes para a necessidade de seus servidores, além do que o próprio Hospital Guilherme Álvaro tem excesso de demanda, o que significa filas enormes e longa espera para atendimento – nos 16 anos que o PSDB governa o Estado, não foram feitos

investimentos para descentralizar o atendimento do Guilherme Álvaro, que atende a Baixada Santista e os litorais Sul e Norte.

A resposta do Iamspe

Representando Latif Abraão, o superintendente do Iamspe, Elenice Trópico defendeu a atual gestão do instituto e elencou as mudanças promovidas – segundo



A Câmara Municipal de Santos reuniu os usuários do instituto no dia 15 de setembro

ela, significativas –, que apontou como o início da recuperação do órgão no Estado de São Paulo.

Sobre o atendimento regional no Hospital Guilherme Álvaro, ela ressaltou que no local são realizados exames de raio x, ultra-sonografias, testes ergométricos e mamografias. Interrompendo sua fala, Trópico passou pelo constrangimento de ser desmentida por uma usuária do sistema: “Faz um ano que estou aguardando para realizar o ecocardiograma no Guilherme Álvaro. Esse é o convênio que a senhora está falando?”

Engolindo a seco a reclamação da servidora aposentada, a técnica do Decam tentou amenizar a situação: “Em Santos o Iamspe quer formalizar parcerias na área hospitalar e ampliar sua rede, mas o prestador não dá retorno, pois não tem

interesse. O Estado tem fama de mau pagador, o que reflete no instituto, por isso essa dificuldade”. De acordo com Trópico, há um trabalho no sentido de reverter esse quadro. “O Iamspe paga em dia e o valor líquido. Nossa tabela de procedimentos já foi reajustada, a consulta é R\$ 25,00, mas se comparada às operadoras são taxas muito baixas”.

Até a deputada estadual Maria Lúcia Prandi (PT-SP), da área de educação pública, que esteve presente à Câmara Municipal de Santos, se mostrou alarmada com a falta de respeito do Governo do Estado com seus servidores: “Em alguns procedimentos o SUS paga mais do que o Iamspe. É inaceitável, pois o Executivo teve excesso de arrecadação. Temos que fazer pressão para sair dessa situação e buscar apoio nos representantes da região na Assembléia Legislativa, afinal, eles estão lá graças à colaboração de vocês”.

Vale frisar que, apesar dos convites aos deputados estaduais representantes da região na Assembléia Legislativa de São Paulo, somente Maria Lúcia Prandi integrou mais essa etapa da luta pela reestruturação do Iamspe. Talvez por seu histórico como servidora pública, tenha visto como primordial a organização da Audiência Pública, sentimento esse que não foi absorvido pelos demais parlamentares.

“Causa revolta o fato de apenas uma deputada da região ter atendido nosso convite. Protocolamos o convite para todos os deputados. Entreguei pessoalmente, à assessora do deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e sequer mandaram um representante. Eles não comparecem porque não querem receber críticas, pois sabem que é o governo deles, que eles apóiam, que deixou o Iamspe chegar a essa situação. O Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) encontra tempo para discutir se uma estação do metrô, em São Paulo, vai ter o nome do Santos F. C., mas não tem tempo para as questões de saúde do funcionário público do Estado. É revoltante”, desabafou o presidente da ASSOJUBS, Hugo Coviello.

ASSOJUBS contra a terceirização

Para Coviello, o trabalho de contratação de prestadores de serviço não tem outro nome: chama-se terceirização. “Eu discordo da representante do Iamspe, que cita a eficiência do credenciamento particular [segundo ela, com bons resultados no interior], pois, para mim, isso é privatização do serviço público, o que somos totalmente contrários. Temos que ter uma

Ela defendeu a estratégia da atual gestão do Iamspe de investir em convênios com consultórios médicos e clínicas, ao invés de investir em aumentar o número de Ceamas, que, segundo ela, possuem um custo elevado.

Por conta disso, houve a intenção, por parte do superintendente, em extinguir tais postos. Para os servidores da região, o que já é muito ruim, ficaria deplorável. O Centro ainda existe, mas não resolve nem um terço dos problemas de seus pacientes. “O serviço do Ceama é deficiente, mas optamos por deixá-lo como um órgão mais administrativo para gerir os novos convênios”, ressaltou.

Apesar dos convites, somente um representante público estadual esteve presente



Hugo Coviello ao rebater os comentários da representante do Iamspe sobre a contratação de prestadores de serviço: "Discordo da eficiência do credenciamento particular, pois, para mim, isso é privatização do serviço público"

estrutura médica e hospitalar do Iamspe em Santos, uma ambulância e mais postos do Ceama na região, descentralizando o atendimento”.

O presidente da ASSOJUBS completou: “Se a dificuldade alegada de se fazer credenciamento com hospitais for lobby de empresas particulares, o Governo do Estado tem que denunciar e intervir. Se a tabela paga é que está baixa, tem que aumentar, o que não pode é sermos descontados e não termos atendimento. Para onde está indo o dinheiro?”

“É nosso direito ter um atendimento médico e hospitalar decente. E há, sim, dinheiro para isso. Credenciamento de médico é para resolver a situação de emergência de um atendimento que está na lama. É obvio que, como o atendimento está na lama, os servidores vão preferir isso à nada, mas não é essa a solução que precisamos”, enfatizou o presidente da ASSOJUBS, chamando a atenção para a necessidade de uma estrutura própria do instituto na região.

A insustentável espera por uma consulta ou exame

Para se fazer uma consulta ou exame a espera é, segundo o próprio Ceama de Santos, de dois meses. De acordo com Trópico, para emergências e urgências é necessária a remoção para o Hospital do Servidor em São Paulo.

Em seus relatos, a técnica do Decam informou que o Iamspe gasta cerca de R\$ 8,3 milhões por mês com os Ceamas em todo o Estado para atender um milhão e 300 mil servidores públicos. O total arrecadado por ano pelo Iamspe é de R\$ 400 milhões, somente entre os servidores. Se o Governo do Estado fizesse a sua parte, seriam mais R\$ 400 milhões, o repasse equivalente ao acordado.

Para o Ceama de Santos foi repassado em 2007 a vergonhosa quantia de R\$ 21 mil, o que corresponde a menos de R\$ 1,00 por ano para cada servidor público do Estado na região.

“No meu holerite descontam todo mês R\$ 37,00. Se é repassado menos de R\$ 1,00 por ano, acho que estão me roubando. Descontar compulsoriamente dos servidores e não fazer o repasse devido correspondente é o que? Onde está o nosso dinheiro?”, esbravejou o presidente da ASSOJUBS.

Para Coviello, a concepção de tratar a gestão do Iamspe com os métodos de empresa privada, como declarado pela representante do instituto em busca de eficiência, é disfarce para terceirização: “E se for assim, daqui um ano o superintendente Latif deverá ser demitido porque até agora o serviço não melhorou. Pelas regras do setor privado, quando não se alcança os resultados o responsável é demitido. É isso que o setor privado faz”.

Entidades presentes

Além das entidades que organizaram a audiência, ASSOJUBS (Associação de Base dos Servidores e Funcionários do Poder Judiciário do Estado de São Paulo), CAPESP (Centro Associativo dos Profissionais de Ensino do Estado de São Paulo), APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), CPP (Centro do Professorado Paulista) e Sindsaude (Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo), estiveram presentes a APAMPESP (Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo) e o SIFUSPESP (Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo). Aposentados e servidores da ativa também participaram.

Novas ações

No dia 30 de outubro, na Assembléia Legislativa, haverá uma Audiência Pública Estadual em Defesa do Iamspe, das 10 às 18 horas, no Plenário Franco Montoro. A iniciativa é do deputado Roberto Felício (PT-SP), com apoio da Comissão Parlamentar em Defesa do Iamspe.

A transição do Iamspe

Criado para prestar atendimento de qualidade exclusivo ao servidor público estadual, o Iamspe administra um hospital que foi considerado “de excelência”, o Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE).

No início, o instituto foi ligado à extinta Secretaria de Administração Pública, onde viveu seu auge na prestação do serviço de atendimento médico. Mas, isso são glórias de um passado distante.

Tempos depois a administração do Iamspe foi transferida para a Secretaria de Saúde. Desse momento em diante, instalou-se o caos, pois o instituto deparou-se com a concorrência médica e hospitalar pelas verbas do Estado e teve que dividir o repasse com unidades como o Hospital das Clínicas de São Paulo.

Em fevereiro deste ano, em uma nova mudança administrativa, o Iamspe passou a integrar a Secretaria de Gestão Pública, cujo secretário é o empresário e ex-deputado estadual Sidney Beraldo (PSDB).

Beraldo também controla o setor de Perícias Médicas do Estado, transferido para esta pasta pelo governador José Serra (PSDB). Sob seu comando, várias modificações realizadas nesse setor vêm causan-

do a indignação dos servidores públicos.

Diferentes manifestações e um único sentimento

“Queremos participação e clareza do que está sendo feito dentro do instituto!”, declarou Benedito Augusto de Oliveira, presidente do Sindsaúde. Para o dirigente, deveria haver uma política estadual de financiamento, com participação e gerência dos servidores, o que resultaria em total transparência de administração. “Sou a favor de diretrizes populares. O Iamspe não deve somente servir como plano de convênios de saúde. A Comissão Consultiva tem que se transformar em Conselho Deliberativo, os servidores têm que participar da gestão do Iamspe.”

“Virou moda dizer que o serviço privado é melhor que o público. Devemos construir uma pauta de luta que supere a visão de só pressionar os deputados”, reivindicou Ronaldo Amores, da APEOESP. Em suas convicções, é evidente para qualquer indivíduo, independente de sua relação com o funcionalismo, o desrespeito do Governo do Estado no trato com o servidor público.

“Somos sindicalistas e não técnicos, por isso nossas reivindicações não são técnicas. Sou sindicalista, aprendi a negociar salário, mas não aprendi, e não posso, negociar a minha saúde”, disparou, sob aplausos da plenária, Ênio Almeida, da APEOESP Litoral Sul, respondendo a uma crítica da representante do Iamspe, para quem o debate “deve ser técnico e não político”. Para ele, sua saúde já começa a dar sinais de cansaço quando “vê o seu holerite”. E o protesto foi mais ferrenho: “Aqui, não se trata de negociar, é ir para o pau com esse governo!”



Aposentados e servidores ainda em atividade participaram da audiência em Santos

ASSOJUBS e entidades de servidores públicos debatem o assédio moral

Palestra promovida no Sindicato dos Metalúrgicos retratou aspectos psicológico e jurídico da questão

Seja no serviço público ou em empresas privadas, cada dia mais um mal circunda a vida do trabalhador. É o fantasma do assédio moral. E mais cedo ou mais tarde todos irão conhecer, direta ou indiretamente. Por experiência própria ou como testemunha do fato.

A tratar da questão, assédio moral é todo o comportamento abusivo, seja com palavras, gestos ou atitudes, e ameaçador dentro de um ambiente de trabalho

em relações hierárquicas. Ou seja, é uma abordagem negativa colocada em prática por aqueles que exercem algum tipo de chefia ou comando em relação aos seus subordinados.

E com o propósito de esclarecer os detalhes que envolvem a questão, a ASSOJUBS, em parceria com o SINTRAJUD (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo) SINSPREV (Sindi-

cato dos Servidores em Saúde e Previdência da Baixada Santista), SINDSERV (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos) e o SindSaúde (Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo), promoveu no dia 21 de agosto, no Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, uma palestra sobre o assunto, direcionada aos servidores municipais, estaduais e federais.



Entidades promovem evento no intuito de esclarecer os pontos que envolvem a questão do assédio



A palestra foi direcionada aos servidores municipais, estaduais e federais

Ana Paula Lopes: doença acaba sendo rotulada como frescura

“No serviço público, o adoecimento é invisível, e surge muito mais de forma psíquica do que orgânica”, descreveu Ana Paula Lopes, psicóloga e assessora de saúde do SINTRAJUD, uma das palestrantes da ocasião.

Essa aparente invisibilidade é o que mais preocupa, pois pode culminar num completo destempero do trabalhador, resultando em ações de risco para si e tercei-

ros, ou em um estado de apatia inerente, a tão temida depressão.

A situação, segundo a psicóloga, é agravada pela forma como as pessoas que rodeiam a vítima compreendem: “A mutilação afetiva é difícil de ser observada, e a doença acaba banalizada, sendo rotulada como frescura”.

De acordo com Ana Paula, em nosso campo de atuação, o Judiciário, o assédio

moral se dá muito em funções comissionadas, como os cargos de chefia, geralmente indicados pelos que se desligam da atividade. No caso, o trabalhador sucumbe à pressão de seu superior sob a ameaça de perder a posição conquistada, um erro que pode acabar desencadeando em risco para a sua própria saúde.

O esgotamento emocional provocado pelos constantes constrangimentos

também pode acometer o trabalhador da Síndrome de Burnout – do inglês, a junção de burn, queimar, e out, fora, com o sentido de queimar de dentro para fora, uma alusão ao sentimento vazio que a pessoa sente. A moléstia gera impotência, pois a pessoa perde consideravelmente seu nível de rendimento e de responsabilidade, e passa a não ver sentido naquilo de faz.

Eliana Villela: vítima deve denunciar, mas o assédio deve ser comprovado

A vítima do assédio moral pode e deve denunciar a prática, pois a Justiça do Trabalho tem dado sentenças favoráveis aos trabalhadores agredidos, com ações ganhas entre R\$ 30 e R\$ 50 mil.

Mas, ao tomar a decisão de buscar auxílio jurídico, a vítima deve estar ciente

que não será uma batalha fácil. Por isso, é necessária a comprovação do fato. O ideal é reunir provas materiais e convocar testemunhas para comprovar a agressão.

Para Eliana Villela, advogada e coordenadora do Departamento Jurídico do SINTRAJUD, se o assediado, quan-

do doente, conseguir comprovar que a enfermidade é resultado de problemas decorrentes durante seu expediente funcional, tal situação já pode ser considerada evidência. “Se o laudo médico comprovar o vínculo entre a doença e o trabalho já é uma prova contra o as-

sédio moral.”

São tidas como provas materiais gravações de áudio ou vídeo, anotações sobre o dia, hora e local das agressões, papéis, fotografias e objetos. As testemunhas são colegas de trabalho e pessoas que presenciaram as agressões.

O eterno fresco da obra de Dorival Caymmi



Dorival Caymmi veio da Bahia para o Rio de Janeiro nos anos 30 para tentar a carreira artística. Logo foi ganhando seu espaço, conseguindo sucesso com “O Que é que a Baiana Tem?”, gravada por Carmen Miranda. A voz marcante e, principalmente, as composições de uma originalidade que não deu margem a seguidores consolidaram uma carreira marcada por várias fases: as canções da Bahia, as canções praieiras, os sambas que antecederam a Bossa Nova.

Com tempo, carinho e cuidado, Caymmi foi tecendo seu imenso bordado de achados musicais. Compunha sempre com tempo e vagar, e o resultado são peças de

arte cujo acabamento faz com que artistas como Arnaldo Antunes digam que “não são coisas de gente”. Realmente, suas obras parecem pertencer a um outro patamar de criação.

Homem de família (e o que essa família representa para a música popular brasileira é uma história a parte), compôs “Acalanto” e “Marina” para a filha Nana, e partiu quando a amada Estela, adoentada, entrou em coma.

Caymmi não tem adjetivos. Sua obra não é moderna, pós-moderna, conceitual... é exata, sem auto-condescendência, madura desde o seu início. Vai permanecer, e, sempre que ouvida, terá o mesmo frescor e a mesma verdade.

Raul Seixas: reflexão crítica da sociedade



“Eu sou a mosca que pousou na sua sopa”. Assim cantava o baiano Raul, no seu LP de estréia “Krig Ha Bandolo” (o grito de guerra do Tarzã), em 1973. Sucesso de crítica, lançava a obra de um artista que já tinha feito de tudo na vida: dos conjuntos de rock imitando Elvis em Salvador à músicas de Jovem Guarda para Jerry Adriani.

Os discos foram se sucedendo, alguns com sucesso estrondoso, como “Gita”, quase sempre acompanhado pelo parceiro Paulo Coelho, futuro Midas da literatura.

Sobre a base musical do rock, as músicas de Raul Seixas traziam letras que pro-

curavam mostrar uma sabedoria marginal e a reflexão crítica da sociedade, às vezes com humor, outras com amargura.

Suas músicas caíram no gosto popular na razão inversa do declínio de sua carreira, extremamente caótica. A morte prematura acabou por torná-lo uma espécie de ícone da marginalidade, o sábio cujas mensagens são evocadas em finais de noite etílicos e esfumados.

Com uma obra vasta e interessante, Raul Seixas precisaria ser conhecido mais profundamente. Ali, certamente entre toques de um humor às vezes não muito fino, muita coisa merece reflexão e revisão por parte das novas gerações.

Coral ASSOJUBS completa um ano de formação

O Coral ASSOJUBS completou no mês de agosto um ano de formação. E a comemoração do grupo vem através de novos convites para apresentações pela Baixada Santista, o que propicia uma extensão do aprendizado e mostra que o coro vem ganhando espaço entre os apreciadores da arte.

Neste segundo semestre foram três novas exibições do coral: no Encontro de Corais promovido pelo Coral Municipal de São Vicente (09/08), Encontro de Corais de São Vicente (30/09) e no Encontro de Corais da Unifesp (06/10). E sem falar na participação do grupo no Programa Roda de Conversa, transmitido aos sábados pela Rádio Cacique, AM 1510, das 15 às 16 horas.

No repertório do Coral ASSOJUBS estão as canções Rock My Soul (Negro Spiritual), Acalanto (Dorival Caymmi), Roda Viva (Chico Buarque de Holanda),

María, María (Milton Nascimento/Fernando Brant) e Caçador de Mim (Milton Nascimento).

O regente do coral, Mário Sérgio Soares, faz uma avaliação positiva do trabalho do grupo: “O pessoal ganhou maturidade nesse um ano de formação e já encara bem as apresentações e, inclusive, não se intimida com corais mais experientes”. E a satisfação principal do regente é perceber a evolução cultural por qual o grupo vem passando. “Além do prazer de cantar, vejo que os coralistas aprimoraram sua sensibilidade artística. E para mim isso é maravilhoso!”.

E o Coral ASSOJUBS já tem agendado mais um compromisso cultural: em 19 de dezembro, às 17 horas, o grupo se apresenta no saguão do predio central do Fórum de Santos.



Apresentação do grupo no Encontro de Corais da Unifesp

Você que é
Funcionário Público
não pode perder
as vantagens
do Plano de Saúde
UNIMED / ASSOJUBS
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo

ANS nº 31.999-6

Aproveite!

Esta parceria entre a ASSOJUBS e Unimed Federação do Estado de SP para comercialização de planos com ATENDIMENTO ESTADUAL

Confira as vantagens

- AMT - Aconselhamento Médico Telefônico 24 horas
- Atendimento direto no consultório do médico cooperado.
- Atendimento de urgências e/ou emergências em nível nacional.
- Unify (Remoção Aéromédica Inter Hospitalar em caráter emergencial)

Alguns dos Hospitais da Rede Credenciada

- Hospital A.C. Camargo - São Paulo
- Hospital Santa Helena - São Paulo
- Hospital Aviccena - São Paulo
- Hospital Nipo Brasileiro - São Paulo
- Hospital Metropolitano - São Paulo
- Hospital Dante Pazzanese - São Paulo
- Hospital Ruben Berta - São Paulo
- Hospital São Paulo - São Paulo

A PARTIR DE R\$
87,86*
*De 0 à 18 anos na acomodação enfermaria

Preços e Carências Promocionais válidos por tempo limitado

Unimed 
Fesp

VENDAS



ASSOJUBS
SERVIDORES DO JUDICIÁRIO SP

Av. São Francisco 276/278
Tel/Fax. 3223.2377 / 3223.5278
www.assojubs.com.br

 **JRB&B**
Corretora de Seguros
www.jrb.com.br